

051ª SESSÃO ORDINÁRIA – 09JUN2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convido todos para a inauguração da nova rampa da Câmara Municipal de Porto Alegre. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h18min.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (14h30min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje tratará do Plano Municipal de Cultura, do edital, e alterações no Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre. O Sr. Paulo Roberto Rossal Guimarães, Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. PAULO ROBERTO ROSSAL GUIMARÃES: Boa tarde a todas e a todos, saudamos a todos os presentes, em especial o Presidente da Câmara, Ver. Professor Garcia, bem como todos os Vereadores e autoridades presentes, estou aqui como Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre representando a plenária daquele colegiado, essa mesma plenária que prorrogou seu mandato de acordo com condições aceitas pelo Conselho, até a posse dos novos conselheiros em reunião do dia 8 de maio de 2014, para denunciar e pedir providências aos nobres Vereadores sobre: que o Plano Municipal de Cultura de Porto Alegre está desde 18 de outubro de 2013 na Secretaria Municipal da Cultura, que ainda não encaminhou o texto para a Câmara de Vereadores, para que o mesmo se torne lei, e ainda ressaltamos que o mais grave é que o texto está sendo modificado pela Secretaria Municipal da Cultura, sem a participação do

Conselho; que os editais para eleições e renovação do Conselho de Cultura não foram abertos ainda, o que é também grave, uma vez que o mandato expiraria em 30 de maio. Os editais deveriam ser abertos em 2013, o que não foi feito e depois em 2014 também não. Isso demonstra o descumprimento das obrigações da Secretaria Municipal da Cultura, pois, ao mesmo tempo em que tem a prerrogativa de abrir editais, tem a obrigação de o fazê-lo, demonstrando um desleixo com a gestão, tudo isso conforme o que diz o decreto regulamentador nº 11.738/97: Art. 8º – O primeiro cadastramento para fins de instalação do Conselho será realizado pela SSMC e homologado pelo Prefeito; parágrafo único – Após a instalação do Conselho caberá ao mesmo a homologação das solicitações de cadastramento. Esse artigo nos dá a entender que para homologar as solicitações de cadastramento, o conselho deve estar ativo, e para isso se necessário pode e deve automaticamente prorrogar o seu mandato para não ter uma lacuna de mandato, feita propositalmente pela Secretaria Municipal da Cultura. Esse mesmo argumento foi usado em 2005 para deixar o Conselho fechado por cinco anos.

Na reunião de 30 de novembro de 2013, a justificativa para pedir a prorrogação do mandato foi que a SMC queria fazer uma grande reestruturação na composição do Conselho de Cultura, prorrogação essa sem nenhuma contestação da SMC, tirando, por exemplo, senhores, nove representantes das regiões do OP, ficando, dos 17, somente 8, entre outras modificações antidemocráticas. Nesse dia, ficou combinado que seria formado um GT para juntos, Conselho e gestor, apresentarem um anteprojeto de reestruturação do Conselho, e que também não foi cumprido, pois a SMC fez sozinha um GT e encaminhou esse estudo para o Prefeito, mais uma vez, sem a participação do Conselho, pois O GT, senhores, não tem nenhum Conselheiro, não tem ninguém do Conselho participando. Todas essas atitudes da SMC demonstram o perfil desta gestão da SMC: antidemocrática e autoritária. As políticas da atual gestão da Prefeitura devem sair do discurso e ir para a prática, pois sabemos, como ex-coordenador do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade, que vários conselhos estão em situação precária, necessitando de uma efetiva política de respeito e valorização. A plenária do Conselho, senhores, não concorda com o GT formado pela SMC e publicado no DOPA do dia 02 de junho de 2014, pois está completamente mal formado – não tem ninguém do Conselho –, pedindo que os canais competentes do direito definam uma forma competente e democrática, respeitando essa instância da democracia participativa na construção

pág. 2

dessas alterações do Conselho. Explicando melhor as denúncias, em 21 de novembro de 2013, ato registrado em ata oficial do CMC POA, o Sr. Secretário da Cultura solicitou prorrogação do mandato do Conselho, até 30 maio de 2014, o que foi acatado pelo Colegiado, e como conseqüência levaria o Sr. Secretário Roque Jacoby a promover a abertura imediata dos editais referentes – o que não foi feito.

Em 22 de abril de 2014, em audiência na CECE – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara de Vereadores, onde o Secretário não compareceu, como em nenhuma das reuniões para as quais foi convocado, o Sr. Álvaro Santi, representando a SMC, relatou que a Secretaria planeja abrir editais após o término do mandato deste Conselho, o que se efetivou pela portaria – comprovando todas as nossas denúncias. Esta ação do gestor abre uma perigosa e ilegal vacância, não garantindo a lisura necessária e retirando do Colegiado o direito de participar até o fim, no que diz respeito ao Plano Municipal de Cultura e às eleições. Nessa reunião, a CECE decidiu encaminhar o pedido do Conselho para o Ministério Público, o que, segundo os Vereadores da Comissão, já foi feito.

Para que esse fim seja alcançado é necessário que o Conselho - como até o momento vem acontecendo -, esteja atuante e vivo com o reconhecimento de uma nova e necessária prorrogação do seu mandato pelo prazo estritamente inevitável à execução da renovação, preconizada nos moldes estabelecidos em lei e decreto. Logo após a consumação do processo, concomitantemente, com eleição e posse dos novos conselheiros, extinguir-se-á o mandato atual. Com enfoque neste detalhe, o plenário do Conselho, preventivamente, antecipou-se aos acontecimentos e, na reunião de 8 de maio corrente, pôs em votação e, por larga maioria, prorrogou o seu mandato nas condições acima. Todas as tentativas de aproximação com a Secretaria de Cultura e com o Prefeito, também em busca de um entendimento, resultaram frustradas, sendo uma das últimas experiências constituída de notificação extrajudicial – de obrigação de fazer – contra o Sr. Roque Jacoby, dando-lhe o prazo de cinco dias úteis para publicação de editais da eleição do Conselho, providência sem surtir resultados. Destarte, fica evidente o prejuízo financeiro que está sendo ocasionado ao erário do Município – além do interesse público – ao descumprir o acordo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura pelo qual a Capital porto-alegrense se credenciaria a receber os recursos como já mencionados. Vale dizer que os editais pertinentes estão na iminência da publicação e só contemplarão os

Municípios inseridos no sistema, visto que os Estados que cumpriram completamente as etapas de adesão ao Sistema já saíram.

Informamos ainda que fizemos essas denúncias ao Tribunal de Contas do Estado, estando a Prefeitura já notificada e tendo já respondido à notificação, esperamos resultados para um prazo breve. Ademais, nobres Vereadores, acrescenta-se a todos esses atos falhos da SMC, o agravante de estar privando os porto-alegrenses de convênios com a União, através do Ministério da Cultura, para instalação de pontos de cultura, centros culturais, por exemplo, além de diversos convênios e verbas federais que poderiam estar acessados, se as exigências do sistema tivessem sido cumpridas. Essa situação do não encaminhamento do plano para a Câmara de Vereadores se constitui, Srs. Vereadores, num grave atentado aos nossos direitos humanos e culturais, pois ao não dar condições de terminar o plano estão impedindo a população de ter um planejamento das atividades culturais do Município, essa abertura do edital se constitui num direito humano e civil, pois a cultura faz parte dos direitos humanos e ao impedir a sociedade de ter uma normalidade na atuação do conselho a SMC está infringindo um direito humano da população, que é o de ter essa sua representação da democracia participativa, ativa e atuante e funcionando normalmente. E, concluo dizendo para todos os Srs. Vereadores, todos aqui e também os que não estão aqui, que são responsáveis por essa situação do Conselho, que não adianta, como aconteceu em 2005, depois que fecharem o Conselho, ficarem falando, falando, falando e reclamando. O momento de reagir e de apoiar o Conselho é hoje, senhores, todos os porto-alegrenses, inclusive os Srs. Vereadores, têm essa responsabilidade. Nós vimos aqui pedir uma atuação forte dos senhores para que não aconteça como em 2005, quando o Conselho ficou por cinco anos fechado! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convidamos o Sr. Paulo Roberto Rossal Guimarães a fazer parte da Mesa. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Ver. Villela, meu caro Paulo Guimarães, nós recebemos não com surpresa, mas com indignação a manifestação da tribuna, a indignação que o senhor demonstra em nome de todos aqueles operadores da Cultura. Eu, rapidamente, identifico aqui o grande Baumann, símbolo, para nós, de tantas lutas; a Izabel; tantos companheiros e companheiras que estão aqui. Para nós, do PSOL, este tema é muito caro. De fato, há, meu caro Guimarães, um desleixo, uma desconsideração, uma forma de tratar – que nem é secundária, está abaixo disso – a questão da Cultura em Porto Alegre por parte do Executivo Municipal, simbolizado isso na atuação do Secretário da pasta específica. As reivindicações que o ilustre companheiro de lutas traz na tribuna são absolutamente pertinentes, corretas, adequadas.

Eu tenho certeza absoluta de que, de forma pública, esta Casa ficará, sim, ao lado das reivindicações do Conselho; esta Casa ficará, sim, ao lado da Cultura e honrará a tradição de Porto Alegre de valorizar, no elemento cultural, a posição política que a Cidade teve, de abertura e de democracia como um todo. Por isso, receba a nossa solidariedade e mais do que isso, Guimarães, o nosso apoio e o compromisso de estarmos juntos nesta luta. Sejam todos muito bem-vindos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sr. Guimarães e demais que aqui o acompanham, saibam V.Sras. que eu, Bernardino, por ter pesquisado exaustivamente e especialmente as prestações de contas dos festejos Farroupilha, sei efetivamente por qual motivo os senhores estão tendo toda essa dificuldade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sr. Guimarães, quero saudar aqui todos os membros do nosso Conselho Municipal da Cultura, todos os ativistas da Cultura desta Cidade, saudar em nome do Antônio Marcos, deixar um abraço a todos os membros do nosso Conselho. Nós já o recebemos na nossa Comissão de Direitos Humanos, e é uma desgraça, uma vergonha para a nossa Cidade, que já foi conhecida nacionalmente pela mobilização, pela força da descentralização da Cultura e hoje ser desrespeitado o diálogo com aqueles que construíram e constroem a cultura da nossa Cidade.

Por esse motivo, Presidente, em nome da nossa Bancada, e tenho certeza de que em nome dos três Partidos de oposição, PCdoB, PSOL e PT, eu encaminho um requerimento para convocarmos o Secretário Municipal da Cultura – e o farei por escrito ao senhor – para que possamos recebê-lo aqui e ouvir dele por que ele não dialoga com aqueles que constroem a cultura da nossa Cidade e por que ele traz inclusive prejuízos não construindo o nosso Plano Municipal de Cultura. Isso é uma saudação de boas-vindas, mas também de extrema indignação por esses fatos, o que, aliás, já se tornaram um costume, nos últimos anos, parece que a cultura não tem sido a prioridade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sr. Guimarães, nós já nos cruzamos em alguma atuação comunitária ao longo dos anos e vejo o seu ativismo para manter o Conselho Municipal de Cultura. Até fico preocupada, porque estou criando um Conselho Municipal dos Direitos dos Animais e, se é assim, de repente fecham as portas, eu, que estou lutando tanto para que o meu projeto do Conselho saia das Comissões, se é assim, fico preocupada. Mas acredito que, com a sua ênfase nos problemas existentes, eles irão diminuir com o diálogo, para valorizarmos mais as políticas públicas para a Cultura, porque um povo sem memória... Sabe-se bem o que o ditado diz. Parabéns por sua luta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sr. Guimarães, também quero prestar meu apoio, do PSD, a essa luta; quero cumprimentar todos os membros do Conselho. A minha luta é dessa Comissão, a do esporte, da cultura, da educação. Nós estamos juntos com vocês, porque eu tenho certeza de que uma grande cidade, um grande país é feito de esporte, de cultura, de educação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente; é um prazer tê-los aqui, o Conselho Municipal de Cultura, nesta Casa, que tem a cara que se pretende da democracia, na medida em que aqui nós temos todas as forças políticas representadas, de receber o Conselho Municipal de Cultura, ao passo que a cultura, na minha visão, na minha concepção, ela é fator de democracia e soberania nacional. Esta é a concepção que eu tenho em meu nome e do Ver. João Derly, da Bancada do PCdoB, do significado da cultura, ainda mais num País onde nos conformaram três grandes raças, e essa é a nossa maior riqueza. E se a cultura é fator de soberania e fator de democracia - e eu acho que nós, que viemos de um tempo anterior, do tempo, inclusive, da ditadura militar -, podemos dizer, como os militantes contra a ditadura, do papel da cultura nacional na luta contra a ditadura e pela redemocratização deste País. Se isso é verdade, a história referenda essa verdade, nós precisamos que as relações com o Conselho Municipal de Cultura, sejam amplamente democráticas, porque é desta maneira que a cultura pode servir na concepção de uma gestão avançada – que se pretende – para que a nossa Cidade possa não só olhar a cultura como espetáculo, mas olhar a cultura como um fator de desenvolvimento humano, como um fator lúdico, como um fator que nós estamos precisando muito no atual estágio que nós vivenciamos no mundo.

Quando eu fui Diretora Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, nós fizemos uma relação: Ministério da Saúde e Ministério da Cultura, criando os pontos de Cultura e

Saúde, e dizíamos: Cultura para além do espetáculo; Saúde para além do biológico. E foi uma relação importantíssima. Por isso, em nome da nossa Bancada, pela vivência que procura se ter pelo significado da Cultura, nós estamos subscrevendo – há três partidos já subscrevendo – essa solicitação que o Kopittke trouxe, há pouco aqui, para que seja convocado, chamado a esta Casa, o Secretário Municipal de Cultura, assim como o Conselho de Saúde, o Conselho das Cidades, assim como os Conselhos que foram conquistados, que é uma forma de democratização de gestões, no processo, inclusive, da redemocratização e da Constituinte, há que ter respeito pelo controle social, porque o controle social é que nos proporciona dinamizar a própria cidadania. Então, é um prazer enorme tê-los aqui e contem com a Bancada do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente; companheiro Guimarães; eu estava presente na entrega do projeto, junto à Prefeitura, estive também presente nos debates. Quando foi entregue o projeto, o Prefeito manifestou solidariedade, alegria em ter recebido um projeto que foi gestado por muito, muito tempo e por pessoas capazes. Então, o PDT, o Partido do Governo - falo em meu nome e dos companheiros do PDT – se coloca à disposição para reabertura desse diálogo com a Prefeitura de uma forma que possamos privilegiar a cultura de Porto Alegre. Desejo longa vida aos artistas e à cultura de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, boa tarde; queria também cumprimentar o Ver. Villela, que está aqui secretariando; Sr. Guimarães, Presidente do Conselho de Cultura, cumprimento a ti e a todo o grupo do Conselho de Cultura que, bravamente, vem exigindo que se reconstrua o processo democrático na cidade de Porto Alegre. Nós

queremos informar ao conjunto dos Vereadores que há um enorme esforço dos militantes da cultura, que se reuniram na Comissão de Educação, pelo menos, umas três vezes somente este ano. No ano passado, o Ver. Professor Garcia sabe, pediram ao Prefeito que instalasse o processo de eleição; estão solicitando não para si, mas para a Cidade, o respeito à manifestação e à representação da sociedade na área da Cultura. É escandaloso que o Governo Municipal atue dessa maneira. É escandaloso! É desrespeitoso! É antidemocrático e é ilegal! Eu ousou dizer que é ilegal, ilegal! Submetendo, mais uma vez, essa área a suas vontades, a relações não explicadas, a críticas, a processos que a responsabilidade é do Governo Municipal de garantir que o Conselho tenha estrutura, tenha secretário. Então, é inaceitável! Nós vamos cobrar do Ministério Público, eu sei que vocês já encaminharam, falo em nome da oposição. Nós também solicitamos ao Ministério Público uma agenda, porque passou dos limites o esforço de negociação política. O Governo Municipal faz de conta que o problema é de vocês e o problema é do gestor, que deveria querer a participação organizada da sociedade.

Eu termino, Presidente, falando que outro problema seriíssimo é o Plano Municipal de Cultura. Não é possível que a comunidade se mobilize, se organize, vote, proponha e o plano não venha para esta Câmara. Assim como o Plano da Educação, que foi engavetado há 10 anos. Nós não queremos esse destino para o Plano Municipal de Cultura, que a cidadania elegeu, escreveu, dialogou e que a legislação manda fazer, porque senão Porto Alegre será alijada de recursos, ficará fora do Sistema Municipal de Cultura. Então, não bastam mais apelos, acho que seria muito importante que o Presidente da Casa abrisse uma reunião, quem sabe, com o Vice-Prefeito para que desse um basta neste tema e fosse reiniciado o processo de reconstituição do Conselho Municipal de Cultura. Essa é minha sugestão.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sr. Guimarães e membros da Cultura, principalmente a Izabel, nossa companheira de grandes lutas, não me surpreende uma

atitude dessas, já que, quando o Governo não consegue manipular os Conselhos – e nós temos o exemplo do Conselho Municipal de Transportes Urbanos –, quando o Governo não consegue ter a ingerência sobre esses conselhos, ele aplica a política de esvaziar esses conselhos não lhes dando a estrutura necessária. Já apresentamos um projeto nesta Casa em que não somente os membros de conselho, não somente a estrutura dos conselhos, mas também as empresas públicas mistas teriam que ser aprovadas nesta Casa, nesta Câmara, para não haver essa ingerência que existe do Executivo em cima dos Conselhos.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, trago ao senhor e aos demais partidos desta Casa a informação de que estamos elaborando um requerimento, vamos convidar o Secretário, e eu convido todas as Lideranças a assiná-lo, para que possamos avançar no debate. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, antes de mais nada, eu quero saudar a presença entre nós do Sr. Paulo Roberto Rossal Guimarães, Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre, pessoa que conheço, cujo trabalho respeito muito. Aparentemente, eu poderia estar com alguma dificuldade de manifestação neste momento pela circunstância de ser o Vice-Líder do Governo, de ser o correligionário do Secretário Municipal de Cultura e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Não tenho nenhum tipo de constrangimento. Acho que a Tribuna Popular, prevista no art. 100 da Lei Orgânica do Município, destina-se exatamente para situações com essa. E o seu pronunciamento contundente não me surpreende na medida em que, de alguma forma, eu estava inteirado de alguns de seus tópicos. Isso me deixa muito à vontade para dizer o seguinte: como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu peço que o senhor me autorize a utilizar a sua manifestação para fazer uma análise entre nós, da conveniência de aprofundarmos esse debate naquilo que concerne à nossa competência, como cumprimento de lei, descumprimento de lei e leis previstas para

pág. 10

serem enviadas para esta Casa e que, alegadamente, não foram encaminhadas. Não vou entrar no mérito das críticas porque não me comporta entrar nesse particular. As leis surgem no momento em que até me deixam surpreso. Eu tinha estado presente nesse dia – o senhor é testemunha disso –, numa reunião de uma das Comissões em que esse assunto foi abordado, e eu julgava, pelos esclarecimentos que o representante da Secretaria da Cultura havia trazido naquela ocasião, tivesse sido satisfatório. Não o foi, vamos buscá-los!

De outro lado, eu quero, com toda a honestidade, dizer que, quanto às críticas dirigidas à Secretaria da Cultura – digo mais uma vez –, não quero me envolver no mérito, não tanto pelo que o senhor afirmou, mas pelo que aqui foi colocado posteriormente, me deixa surpreso na medida em que vejo informações de institutos especializados que nos informam que o critério de avaliação do trabalho na Secretaria da Cultura é excelente, especialmente na organização da Semana Farroupilha, aqui criticado. De qualquer sorte, seja o senhor sempre bem-vindo a esta Casa. Eu posso, eventualmente, discordar de algumas de suas posições, mas não vou deixar de reconhecer a legitimidade com que elas são apresentadas. Aliás, fazer democracia não é só ouvir aquilo que a gente quer ouvir, é ouvir inclusive aquilo que a gente não quer ouvir. Eu não gostaria de ouvir muitas coisas, e espero, sinceramente, que o senhor não tenha totalmente razão nas suas colocações, mas não duvido delas. De qualquer sorte, reconheço o seu dizer de fazê-lo. Meus cumprimentos, volte a esta Casa, porque esta é a Casa do Povo onde todos têm direito a voz, voto e opinião. Um abraço ao senhor!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. As diversas Bancadas já se manifestaram. Este tema é recorrente, nós mesmos, na presidência, já recebemos o Conselho mais de uma vez. A preocupação é de todos porque o Conselho Municipal da Cultura, numa determinada época, ficou, parece-me, cinco anos parado. E este Conselho, talvez dos Conselhos da Cidade, seja o mais plural. Tem uma ampla representação popular, de vários segmentos. Dentro de um contexto, na maioria da formatação, o Governo seria minoritário, só que temos que encontrar uma forma. Quanto à questão do Plano, o Executivo tem que dar um retorno para esta Casa, porque o Plano foi construído aqui. Temos que ter este retorno, até porque, hoje, a não votação do Plano

engessa qualquer possibilidade de recursos federais. É importante que todos os Vereadores se apropriem destas coisas. Vamos aguardar os encaminhamentos que estão vindo, aqui. E quero te dizer, Guimarães, e aos demais Conselheiros, que esta é uma luta árdua, tem que estar atento, mas que o dever da Câmara é intermediar e criar condições. Eu sou daqueles práticos e penso que pode se dizer não, mas que se deve vir dizer o não. O que não concebemos – desculpem o termo – é que fiquem empurrando as coisas, sem soluções. Então, os parabênzo, continuem unidos. Há alguns encaminhamentos. O Ver. Reginaldo Pujol, de forma fraterna, já colocou os seus encaminhamentos e a sua posição, e acho que ele vai ter condições de levar o que ouviu – pediu as notas taquigráficas – ao Secretário de Cultura. Tem outra manifestação no sentido de convocar o próprio Secretário para vir aqui. Tem uma solicitação para que venha o Vice-Prefeito. Então, temos mecanismos para, pelo menos, nos aproximar e fazer novas reuniões para que este assunto não morra. Parabéns a todos. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h04min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (15h05min) Estão reabertos os trabalhos.

Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do craque, jogador do Inter, Fernandão, campeão mundial, capitão do time, que, de forma precoce e prematura, nos deixou no sábado, com apenas 36 anos.

O Sr. Mauro Pinheiro (Requerimento): Sr. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Gilson de Souza Machado, meu assessor, que faleceu na quinta-feira à noite.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Defiro o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Mesa declara empossado o Suplente Ver. Prof. Alex Fraga, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do

Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, no lugar da Ver.^a Fernanda Melchionna, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde no período de 09 a 23 de junho de 2014. Ver. Prof. Alex, é um prazer tê-lo como colega nestes dias. Sucesso!

O Sr. Pedro Ruas: Sr. Presidente, faço um comunicado da maior relevância, neste momento. Eu peço que a Ver.^a Jussara Cony esteja aqui junto conosco, por favor. Na condição de Líder da oposição nesta Casa, comunico a V. Exa., a Mesa e a todos os Vereadores e Vereadoras da Casa que no dia de hoje encerro o meu mandato como Líder de oposição. A oposição da Casa é formada pelas Bancadas do PSOL – que eu integro e lidero -, do PT e do PCdoB. Nós, de comum acordo, entregamos, com muita alegria, essa liderança para o Ver. Eng^o Comassetto. Faço esta comunicação, em caráter oficial, à Mesa, e o farei também por escrito. Logo após, peço para utilizar o tempo de Comunicação de Líder, pela oposição, e peço a V. Exa. para fazer também este registro para os Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Feito o registro. Reforço o pedido para que seja feito por escrito para oficializar.

O Sr. Pedro Ruas: Eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Vereador-Presidente, Professor Garcia; Vereadoras, Vereadores; público que nos assiste; comuniquei, agora há pouco, juntamente com a Bancada do PCdoB e a Bancada do PT, que no dia de hoje encerramos este mandato, Presidente, de Líder da oposição na Casa. Quero dizer que nesse período conseguimos marcar a posição de quem é oposição efetivamente em Porto Alegre, mas sem esquecer, jamais, que a contribuição da oposição é na fiscalização, é efetivamente na proposição de alternativas à Cidade, porque ela, no conjunto, colabora, tanto quanto a situação, não mais nem menos, com o progresso da Cidade. Nós fizemos a nossa parte, temos

consciência disso. Nós temos alegria, Ver. Eng^o Comassetto, de ver e saber que V. Exa. vai assumir exatamente essa função a partir do dia de hoje. E o Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Mauro Pinheiro, tanto quanto os demais Vereadores do PT, tanto quanto os Vereadores do PCdoB, têm essas condições específicas, Ver. Sgarbossa, de nos liderar em um processo, uma luta, uma atividade que é de todos, pela cidade, pelo Estado e pelo País. Tenho certeza de que o Ver. Comassetto saberá honrar este mandato, porque possui o destemor e a capacidade de liderança necessários ao exercício dessa função. Não será - o Ver. Bernardino Vendruscolo tem que me dar licença, porque eu falo pelo nosso novo Líder - coagido, não será intimidado, não será ameaçado, porque o Líder da oposição, o Líder de qualquer Bancada, particularmente de uma posição de mais Bancadas, Ver. Professor Garcia, que tem essa posição de destaque, com o nosso voto, na presidência, não é pessoa que se deixe mudar de posição por qualquer situação anômala ou diferente, fora ou dentro desta Casa. Por isso, Ver. Eng^o Comassetto, nós, do PSOL - falo aqui em meu nome, em nome do Ver. Prof. Alex Fraga, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, que se recupera de uma cirurgia no Hospital Mãe de Deus -, temos a maior confiança e o maior entusiasmo com a liderança que surge agora na pessoa de Vossa Excelência. Tenha em nós sempre colaboradores, colaboradores leais e eficazes, porque nós sabemos trabalhar e gostamos disso, tanto quanto sabemos que o PCdoB fará o mesmo. Mas sabemos que nesse momento importante, Ver. Professor Garcia, o nosso compromisso como PSOL, um partido que é oposição no Município, no Estado e na União, é de termos aqui na Cidade essa relação fraterna com os companheiros do PT e PCdoB, do ponto de vista da nossa Bancada de oposição, para podermos, ao fim e ao cabo, trabalharmos unidos pela Cidade. Eu tenho profundos agradecimentos a fazer, Ver. Professor Garcia, a cada um dos Vereadores, Ver. Cláudio Janta, e das Vereadoras, Ver.^a Mônica Leal, que nesta Casa contribuíram para compreender o papel da oposição. Registro o meu agradecimento final ao Ver. Airto Ferronato, Líder da situação nesta Casa, a todos e a todas, porque a nossa liderança de oposição foi exercida sempre com o mesmo compromisso e, ao mesmo tempo, com a mesma compreensão dos nossos pares aqui nesta Casa. Um abraço a todos e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, venho a esta tribuna, usando o período de liderança do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, para dar continuidade à fala do Ver. Pedro Ruas. É com muito respeito e muita alegria que assumo esta responsabilidade de confiança que recebo aqui dos três partidos: PT, em nome da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Marcelo Sgarbossa, do Ver. Alberto Kopittke e do Ver. Mauro Pinheiro; PSOL, em nome do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Prof. Alex Fraga, da Ver.^a Fernanda Melchionna, que não está presente neste momento; PCdoB, em nome da Ver.^a Jussara Cony e do Ver. João Derly. É com muito orgulho que recebo este papel de representar aqui a oposição neste próximo período.

Colegas Vereadores e Vereadoras, Ver. Pedro Ruas, a sua fala é muito importante porque sabe que quando nós recebemos uma responsabilidade política - falo aqui também às lideranças da cultura que aqui estão -, todos aqueles temas que não forem de responsabilidade pública ou que venham a buscar qualquer deturpação do caráter público, da defesa do patrimônio público, das políticas públicas, da representação da sociedade, da democracia representativa ou da democracia participativa, aqui nesta tribuna nos calaremos. E não são ameaças que calam uma liderança ou uma política. A política se faz pela contradição, pelo contraditório, por poder externar os pensamentos e ouvir muitas vezes as situações diferentes e/ou contrárias; a partir da síntese, poder construir situações que nos levem a uma postura superior. Estar e ser de oposição significa para nós termos uma responsabilidade ainda maior com a construção de nossa querida cidade de Porto Alegre, garantindo aqui os conceitos e os princípios da democracia participativa e da democracia representativa. As vozes da população têm que ser ouvidas em todos os momentos, de forma direta ou na forma de representação deste Parlamento. Lutaremos sempre, como viemos aqui dar quórum ao Governo para poder aprovar projetos que captem recursos para esta Cidade, mas temos a responsabilidade, sim, de fazer com que os melhores projetos sejam aprovados, o gerenciamento seja fiscalizado e a aplicação destes recursos bem feita, para que a população sinta que política se faz com P maiúsculo.

Essa é a nossa disposição, Sr. Presidente. Aqui nesta Casa - sob a sua liderança, Ver. Professor Garcia, neste ano e sob a liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no próximo ano - estaremos construindo, na cidade de Porto Alegre, aquilo que sempre foi o espírito dos partidos de oposição: fazer um debate sério, forte, quando for preciso. E quando precisarmos apoiar projetos que venham do Executivo e que sejam para o bem comum, assim o faremos, mas sempre através do diálogo, da transparência, da participação e da democracia. Portanto, aos 35 colegas Vereadores, tenham a ciência e a tranquilidade de que sempre poderão contar com esta liderança, apoiados nos nossos partidos, para o diálogo, para a análise e construção daquilo que for melhor para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, porque a política tem que ser feita em todos os momentos, em todos os espaços, principalmente num momento como este em que a política é dilapidada, principalmente por grandes veículos de comunicação, que tentam rebaixar os parlamentos, que tentam rebaixar o papel dos legisladores, que tentam dizer que a política é coisa de delinquente ou de corruptos. Quero dizer que não, política é feita com seriedade e tem que ser respeitada com esta seriedade por todos os outros segmentos da sociedade, porque nós os respeitamos e queremos continuar fazendo proposições para Porto Alegre ser uma Cidade que inclua e não uma Cidade que exclua. Contem com nosso trabalho sincero e honesto, pois sempre foi essa a nossa disposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Comassetto.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, que falará sobre as ações da SMACIS durante a Copa em Porto Alegre. O Sr. Raul Cohen está com a palavra.

O SR. RAUL COHEN: Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre e os Srs. Vereadores desta distinta Casa pela oportunidade de estarmos presentes hoje para abordarmos algumas ações que a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social está desenvolvendo para a Copa 2014.

Quero dizer aos senhores que na semana passada, quando em visita ao Presidente desta Casa, fizemos a entrega ao Ver. Professor Garcia do Guia de Acessibilidade. Eu penso que já tenha sido distribuído a todos os Vereadores da Casa e às suas equipes.

Existe uma frase que, ao longo da minha vida profissional, social e pessoal, jamais fica desatualizada: “Nada realmente acontece até que alguém faça algo ou venda uma ideia.”

Mais do que isso, estamos, Sr. Presidente, na qualidade de Executivo, oferecendo aos visitantes e aos moradores de Porto Alegre serviços voltados às pessoas com deficiência, possibilitando melhoria de acessibilidade e inclusão. Nossa Secretaria, SMACIS, fundada em 2005 como SEACIS, e em 2012 passando a ser Secretaria Municipal, tem como atribuição básica planejar, coordenar, controlar políticas públicas voltadas à inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência. O Plano Diretor de Acessibilidade, pioneiro no Brasil, através da nossa cidade de Porto Alegre, instituiu a Lei nº 678, de agosto de 2011, conhecida por todos os senhores, a acessibilidade, a condição para utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços, dos mobiliários, dos equipamentos urbanos, dos acessórios, das edificações, dos serviços de transporte, no dispositivo dos sistemas de meios de comunicação e informações por pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida. Mas não basta isso, a Secretaria tem que estar afinada com esta Casa para, juntos, oferecermos avanços e condições para que as pessoas com deficiências possam participar da vida da cidade com autonomia e cidadania. Os esforços, advindos desta Casa, têm merecido a atenção e a discussão dos temas propostos, alcançando um desiderato promissor, mas que carece, muitas vezes, de maiores recursos para a concretização de planos mais ousados, pela importância que se reveste o tema. Então, fica aqui, antes da fazermos propriamente a apresentação, essa era apenas uma introdução, que nós precisamos estar completamente afinados, como estamos. E temos exemplos aqui com vários Vereadores desta Casa, um trabalho conjunto que está sendo desenvolvido. Nós faremos uma rápida apresentação, que diz o seguinte.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. RAUL COHEN: Quanto ao guia da Acessibilidade na Copa, nós preparamos para Porto Alegre o Mapa da Acessibilidade. Todos os senhores, da Capital gaúcha,

pág. 17

receberam destaque aos estabelecimentos acessíveis e reconhecidos por meio do Selo da Acessibilidade. E foi concedido pela Secretaria, no ano passado, quando iniciamos esse processo, mas já existia o Selo, então, é um dispositivo que estamos implementando, esta é a maneira que nós encontramos, sem recursos, para fazer com que os estabelecimentos de Porto Alegre possam ter acessibilidade. E nós temos dado exemplos para outras cidades. Representantes de Buenos Aires e Montevidéu estiveram aqui e acharam, por exemplo, que o nosso Aeroporto Salgado Filho está com acessibilidade hoje; a Rodoviária e vários outros que fazem parte do sistema. A Câmara de Vereadores ainda não recebeu o Selo, Ver. Professor Garcia, mas é o nosso pensamento que, neste ano, ainda possa receber. A Assembleia Legislativa já recebeu o Selo, mas a Câmara precisa receber o Selo. E tenho certeza de que fará todo esforço para tal. Nós fizemos também, elencamos, o Caminho do Gol que todos os senhores sabem que é a rota acessível que liga o Mercado Público ao Estádio Beira Rio. Fora isso, o receptivo no aeroporto, a Fan Fest, a Estação Acessibilidade e o Acampamento Farroupilha. Ali vocês podem ter uma ideia já, nós não viemos aqui só dizer o que nós vamos fazer, nós já estamos mostrando o que nós estamos fazendo. É a primeira Secretaria... Nós estamos desde o dia 1º de junho, Sr. Presidente, no aeroporto Salgado Filho, em companhia com o Rotary, fazendo atendimento das 6h da manhã, quando abre, até às 24h. São três turnos, através de voluntários que estão presentes, a Secretaria e principalmente toda a equipe dos rotarianos estão recebendo, não só os rotarianos, mas qualquer pessoa recebe informação. Eu tive um rápido contato, me disseram que num dia já tiveram mais de 300 e poucas pessoas, e lá consta o Selo, onde nós estamos distribuindo. Os principais destaques deste guia são as instituições que estão elencadas ali, como vocês podem ver, que já receberam o Selo. Estão localizadas no nosso mapa em cor azul, não consta ali, mas nós temos na cor vermelha, para não deixar o vermelho de fora, que tem todos os atrativos turísticos da Cidade de Porto Alegre, estão contemplados também no mapa. Temos também a Linha Turismo e também a Estação Hidroviária, e, aliás, para a Estação Hidroviária, nós já fizemos um projeto – e não conseguimos aprovar ainda por falta de recursos – é humanamente impossível e eu venho aqui reclamar. Eu tenho este papel, como Secretário, de dar conta do que está sendo feito. E nós necessitamos de recursos para poder fazer, para que haja acessibilidade para que as pessoas. Não basta ter acessibilidade na estação; no acesso

pág. 18

ali, por debaixo da Mauá, nós precisamos ter acessibilidade, e já estamos encaminhando isso ao Cais Mauá para providências. Nós temos também, no Mapa, a identificação de diversos *shoppings*, pontos de serviços, praças e parques da Cidade. O Caminho do Gol, então, está identificando ali, como também o Acampamento, a Fan Fest e a Estação Acessibilidade, isso já está. Aqui nós temos, por exemplo, neste mapa, os hotéis que têm acessibilidade, a fonte da ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira –, nós temos ali as Secretarias afins de Governo que estão interagindo conosco, e também ali, na outra parte são as entidades que fazem parte do *pool* de entidades ligadas à área da Acessibilidade. A Estação Acessibilidade talvez seja o ponto alto deste nosso programa. Vocês estão vendo um carrinho elétrico. Aliás, quando agora estávamos inaugurando a rampa da Câmara, e o Professor Garcia, nosso Presidente, nos mostrava a rampa, chegou, em cima de um caminhão, o carrinho elétrico. Ele está aqui na Câmara, na garagem, para ser mostrado a todos os senhores Vereadores - ele está com as identificações de acessibilidade -, e esse é o carrinho que vamos usar para auxiliar no transporte nos dias de jogos da Copa e nos jogos do Brasil, na Fan Fest, no Acampamento. A Estação é o local em que vamos dar orientações. Vamos lá ter intérprete de libras, pessoas que falam o idioma inglês e o espanhol; ainda não está confirmado o intérprete do idioma francês. Isso vai nos permitir, na medida da necessidade, estar travando qualquer tipo de conversa com qualquer pessoa que lá necessitar. O que mais fizemos? Nós capacitamos pessoas no idioma libras, e isso não começou agora, mas a partir de março. Em março tivemos um grupo. São 50 pessoas que estão estudando o idioma. Eles completaram a primeira das três fases. Este é mais um trabalho que foi feito de capacitação. Então, concluindo, o curso de abordagem. Minha gente, cem pessoas foram capacitadas para a Copa. Eu sou um dos que participou desse treinamento, e diretrizes que fizemos para o estádio Beira-Rio no que diz respeito à Copa do Mundo. Eu teria muito mais a falar, mas sobre o plano específico da acessibilidade na Copa é o que tínhamos para dizer. Eu agradeço muito a atenção de todos os senhores e o gentil convite do qual fui alvo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado. Sente-se conosco, Sr. Secretário. Eu quero ressaltar aos colegas Vereadores que, conforme acordo de Mesa e Lideranças,

nesta quarta-feira teremos uma Sessão Extraordinária às 9h30min. Isso foi combinado na reunião de Mesa e Lideranças. Nos dias de jogos, aqui em Porto Alegre, não teremos sessões, pois o jogo será à tarde, e faremos algumas sessões, conforme combinamos na reunião de Mesa e Lideranças, inclusive com o acordo do seu partido, Vereador; foi por unanimidade. Só quero relembrar, porque algum ou outro Vereador pode não estar atento. Às 9h30min será a primeira chamada e às 9h45min será a segunda chamada. Solicito que o nosso 1º Vice-Presidente assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Guilherme Socias Villela está com a palavra.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Para enaltecer esta obra talvez eu não precise mais do que ser conciso, meu Presidente Mauro Pinheiro. Dr. Raul Cohen, sabe-se que a sua Secretaria é pequena e que conta com poucos colaboradores. Entretanto, destacando uma parte apenas, eu posso fazer uma exposição de uma parte prática, e que eu destacaria a extensão do trabalho de Vossa Excelência. Eu estava, como estou com frequência no restaurante Barranco, e percebi que os dirigentes do Barranco, o Furini e o Tasca, estavam satisfeitos e orgulhosos de colocar um selo num dos locais de acesso dessa tradicional churrascaria da Cidade. Só isso já vale como exemplo de que V. Exa., Dr. Raul, está não apenas chamando a atenção e estimulando a população como os próprios dirigentes de restaurantes e outros estabelecimentos, que também estão satisfeitos em conter aquele chamamento. Por isso eu disse que seria conciso, e vou fazê-lo destacando só esse aspecto. Falo em nome da bancada do Partido Progressista, apresentando a V. Exa. as nossas congratulações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa tarde, Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão; Ver. Mauro Pinheiro, nosso Vice-Presidente; senhores e

senhoras. Secretário, a Copa é, necessariamente, um evento contraditório, todos nós sabemos. Nós não gostamos das regras que a FIFA coloca: não gostamos de suspensão, por exemplo, de uma regra que está incorporada no Estado, construída - e, quando vira lei, nós sabemos que é uma construção social -; nós não gostamos do tempo forçado que uma Copa impõe a comunidades, uma obra que se impõe ao diálogo, que se impõe às prioridades que uma cidade eventualmente tenha estabelecido; e também não gostamos da mediação que, muitas vezes, se faz. E todos conhecem aqui, sobremaneira, as críticas minhas à implantação de projetos, em especial da Arena do Grêmio, que levou todos os benefícios de um estádio da Copa, mas cuja empresa construtora não teve cobrada as contrapartidas necessárias a uma boa herança pós-Copa. Porque nós queremos que o bairro Humaitá – estamos trabalhando nesse sentido –, terminada a Copa do Mundo, e seja bem-vinda a Arena, dê um salto de qualidade, porque recebeu contrapartidas sociais, porque recebeu contrapartidas viárias. E o tema lá não é um problema só de congestionamento; é, sim, um problema de saneamento básico, que são as vias, então que seja colocado todo o esgoto sanitário, todo o encanamento, todo o tratamento, quiçá, de acesso à energia elétrica regular ao conjunto da comunidade. Aí, sim, nós teríamos, de fato, um belo legado da Copa do Mundo.

Por outro lado, o senhor traz aqui várias questões que também nos fazem enxergar que nunca se movimentou tanto a cultura local no olhar que a Copa faz com que a Cidade tenha sobre a Cidade, sobre a sua população, sobre a mobilidade urbana. Então todos os eventos que aqui foram apresentados - eventos que eu digo no sentido de ação - eu espero que sejam permanentes, ou seja, não para aquela área da Copa do Mundo, mas que sejam deslocados e implantados, e que, de fato, a acessibilidade - e aí, quero apoiá-lo - ganhe mais ritmo nesta Cidade. Nós estamos, Ver. Paulo Brum, visitando escolas, fomos à Escola Monte Cristo com a CECE, Comissão de Educação, e em outras escolas, e a impressão que temos é de que se desacelerou, ou parou, o processo de tornarem acessíveis os prédios escolares nesta Cidade.

Nós tivemos, Secretário, um debate muito intenso no início do ano passado, acho que no início deste ano, já estou acelerada no tempo, sobre os brinquedos adaptados, e a fala da Prefeitura Municipal era de que isso já era uma diretriz política, e que não iriam aceitar uma legislação que impõe. Só que o que nós percebemos é que, de fato, a capacidade da Prefeitura Municipal, em função de, certamente, estar envolvida com uma série de obras,

na nossa avaliação, equivocadamente, porque estão sendo feitas todas juntas, o que penalizou demais a Cidade, penalizou, e está penalizando, inclusive o Orçamento da Cidade, que está com dificuldades financeiras muito sérias, em detrimento de um processo contínuo e potente de acessibilidade, reduziu nesse investimento. E a minha fala é no sentido de que nós não podemos abandonar o que é permanente, o que é necessário para a cidadania se manifestar.

E eu aproveito, Secretário, encerrando a minha fala, para dizer que os municipais estão em greve, estão mobilizados, e eu acho que a gente a cidade de Porto Alegre, anfitriã de vários jogos importantes - e quero reconhecer, aqui, toda a Fun Fest, que está recebendo até orquestra de flautas, também as manifestações populares, como o Falcão, o Feliciano, e manifestações eruditas, também, no Caminho da Copa, acho que está muito bonito isso, não tenho noção do todo, de tudo que vai acontecer - tem que tratar bem os nossos funcionários municipais, porque essa paralisação não seria um bom cartão de visitas. Então, neste momento, Ver. Ferronato, faço um apelo desta tribuna, e conversei com o Ver. Kevin Krieger sobre isso, pois, neste momento, os municipais estão na frente do Paço Municipal. A Ver.^a Jussara, com a Frente Parlamentar, tem feito um enorme esforço para que as negociações aconteçam, evoluam. Nós tivemos, nesta Casa, uma reunião bem boa, bem importante, os municipais ocuparam a Casa de maneira ordeira, o nosso vice-Prefeito, Sebastião Melo, recebeu o comando de greve, só que nós precisamos de algum avanço, que passa pela compensação dos dias parados, sim, porque nós precisamos do trabalho desses funcionários, eles querem repor o trabalho e não ser penalizados por fazer a luta.

Vejo que o Ver. Paulo Brum se inscreve para falar também, Ver. Mauro Pinheiro, e eu concluo dizendo que não é possível que os municipais não sejam tratados com a mesma prioridade como a gente está tratando da Copa do Mundo. São poucos os elementos que faltam, como compensar os dias, como, talvez, alterar alguma coisa no vale-alimentação, algum ganho real. E, quanto aos outros temas, falta escrever o compromisso, porque eles já estão ditos, como o plano de saúde e o plano de carreira. Falta um pouquinho mais de habilidade e de prioridade, de fato. Queremos começar essa Copa do Mundo em paz com os funcionários municipais também.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Mauro; querido Secretário Raul Cohen, eu sempre digo que, na próxima encarnação - se é que ela existe -, eu quero vir menos cumpridora das normas, das leis desta Casa. A tribuna, hoje, neste momento, é para falar da sua apresentação, e é isso o que eu vou fazer. Em que pese eu gostaria muito de responder a críticas indevidas, em minha opinião, da Ver.^a Sofia, este momento é para falar da sua apresentação, e com muito orgulho o faço. A sua Secretaria, na minha opinião, vem desenvolvendo ações de extrema importância, uma vez que nós sabemos que essas pessoas já sofrem por essa discriminação, por essa dificuldade de acessibilidade. Então fazer parte da cidade de Porto Alegre, como o senhor também colocou aqui - eu peguei a frase -, que a população das pessoas com deficiência possa participar da vida da Cidade, isso é maravilhoso, é um avanço muito grande! Porto Alegre passa a ser, neste momento, pioneira num trabalho que o senhor vem desenvolvendo. Há outra coisa que eu também quero registrar aqui. Eu, que já fui Secretária, vejo, no seu trabalho, nas suas manifestações, o entusiasmo com que o senhor abraça uma causa, como o senhor desenvolve uma tarefa. Isso é extremamente importante, porque através deste entusiasmo o senhor contagia os seus liderados, isso é liderança, e isso é muito bonito. Eu queria subir na tribuna, hoje, justamente para abraçar esta oportunidade e dizer que o Partido Progressista tem imenso orgulho do seu trabalho; a cidade de Porto Alegre, o Prefeito acertaram na sua indicação. Eu vejo encantada, através deste folheto, as suas ações, as suas manifestações, as suas entrevistas, a sua participação em todos os projetos de inclusão social de acessibilidade. É um privilégio fazer parte do mesmo Partido e também do mesmo Governo do senhor. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, queria cumprimentar o Presidente desta Sessão, o Ver. Mauro Pinheiro, cumprimentar o meu companheiro, meu parceiro, nosso suplente de Vereador, Secretário Raul Cohen, cumprimentar todos os Vereadores e Vereadoras. Mônica, fica muito difícil vir à tribuna depois da tua fala, da fala da nossa Líder. Acho que

a Mônica falou tudo o que realmente nós, Progressistas, gostaríamos de falar, Raul. Talvez eu nem precisasse vir à tribuna, mas, como Presidente do Partido de Porto Alegre, Ver. Guilherme Socias Villela, eu não posso deixar de vir aqui para parabenizar o trabalho do nosso parceiro Raul Cohen, pelas ações, pelo entusiasmo e pela dedicação com que vem comandando a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social. É um orgulho para o Partido Progressista de Porto Alegre tê-lo em nossas fileiras fazendo e desenvolvendo esse trabalho. Nós, do Partido Progressista, que, na área do Estado, temos uma bandeira que é a agricultura, que é o agronegócio, estamos mostrando uma nova cara do Partido Progressista na nossa Capital, na nossa cidade em Porto Alegre, qual seja, o Partido que, hoje, administra a Assistência Social, no seu segundo mandato, hoje com o Presidente Marcelo Soares, que administra a FASC, e também, hoje, administra a Acessibilidade e Inclusão Social, duas pastas importantíssimas da área social da Prefeitura de Porto Alegre. Nossos cumprimentos, nossa alegria por tê-lo no nosso quadro. Um grande abraço, sucesso e continue fazendo esse trabalho maravilhoso à frente da Secretaria, orgulhando o nosso Partido Progressista.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Ver. Villela; amigo Raul Cohen, nosso Secretário de Acessibilidade; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde; ouvindo as manifestações, eu quero registrar que estive comandando a presidência da Comissão Especial da Copa por dois anos consecutivos. Tenho absoluta consciência de que, naquele período, caro Secretário, nós fizemos uma série muito grande de reuniões, que envolveu desde o estádio, a rua, o alargamento de uma avenida, até a reunião com o pessoal da UAMPA, de nossas associações comunitárias. Uma das preocupações que sempre tivemos – nós e as lideranças que estiveram conosco – foi a questão da acessibilidade, como um ingrediente necessário em

toda e qualquer ação da Prefeitura de Porto Alegre ou de qualquer outro ente, União e Estado.

Por outro lado, naquela oportunidade, eu recebia, com uma frequência bastante grande, críticas à Copa. E diria o seguinte: de cada dez que entravam e que se comunicavam comigo, sete eram favoráveis, e três se manifestavam contrários à Copa sempre com o mesmo argumento, de que, na verdade, havia muito dinheiro público na construção dos estádios. Eu acho que até procede esta manifestação; agora, Porto Alegre está fora desse processo, porque Porto Alegre caminhou num processo onde os grandes gastos com os estádios foram privados, e Porto Alegre ganhou bastante com esse processo onde os grandes gastos com os estádios foram privados, e Porto Alegre ganhou bastante com esse processo, até em razão das obras que aqui chegaram, e, na esmagadora maioria, obras viárias.

Estamos chegando no momento da Copa e percebemos a Cidade em obras. Ouvi a Ver.^a Sofia Cavedon criticar todo esse volume de obras de uma só vez. Agora, foi um momento histórico para Porto Alegre, para que daqui a pouco mais se transforme o contexto e a formatação da Cidade no que diz respeito à questão viária. E é muito bom, amigo Raul Cohen, chegar aqui expondo questões da acessibilidade no Município de Porto Alegre, que avança numa série bastante grande de setores. Mas queremos dizer que a acessibilidade veio para ficar continuamente, até porque nós temos permanentes necessidades de ações que tragam essa acessibilidade. Por isso, é interessante termos um Secretário que execute, mas que também planeje e pense a Cidade acessível para o futuro. Temos que ter, continuamente, em mente a importância não só da execução de obras, mas a consciência de cada cidadão em reconhecer um poder público que pensa e executa obras e ações que viabilizam, cada vez mais, a possibilidade de o portador de deficiência andar pela nossa bela e valorosa Capital dos gaúchos, pela nossa Porto Alegre.

Portanto, estamos aí para trazer um abraço em meu nome, em nome do Ver. Paulinho, do meu Partido e do Governo, inclusive. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero saudar o Dr. Raul Cohen, Secretário Municipal da Acessibilidade e Inclusão Social, que venha até nós fazer um relato sobre os assuntos da Secretaria da Acessibilidade e Inclusão Social durante a Copa em Porto Alegre.

Eu já havia me inscrito, antes dos Vereadores Kevin Krieger e Aírto Ferronato se manifestarem, o que me coloca no risco absoluto de ser repetitivo. Tentarei evitá-lo, porque eu subscrevo integralmente a colocação feita pelos nossos dois colegas. Mas não quis deixar de, pessoalmente, oferecer este testemunho do seu entusiasmo com o trabalho que está sendo feito. É rara a oportunidade em que eu o encontro e que o amigo não me transfira informações a respeito de mais uma ação desenvolvida pela Secretaria. Em todas essas oportunidades, Ver. Kevin, transbordam entusiasmo e alegria. E o Vereador que preside os trabalhos no momento, meu querido amigo, Guilherme Socias Villela, sabe que na Administração Pública quando não tem o entusiasmo, a disposição de se acertar, as coisas nunca chegam a um bom resultado. Aliás, eu acho que foi por isso que uma vez ele me escolheu para ser o seu diretor do Departamento Municipal de Habitação, porque ele me reconhecia um entusiasmado, um comprometido com a causa. E V. Exa., se não era comprometido com a causa, ficou; está integralmente comprometido. E a informação que nos dá a respeito das ações que serão desenvolvidas durante a Copa do Mundo, especialmente durante o período em que ocorrerão jogos aqui na cidade de Porto Alegre, demonstra, inclusive, inteligência. Uma inteligência que, lamentavelmente, não está sendo utilizada pela maioria dos brasileiros, especialmente com aqueles de responsabilidade pública. Ora, de uma hora para outra, a Copa que todos aplaudiram quando veio para o Brasil, começou a ter contestações. E eu tenho feito um apelo aos gaúchos em geral. O Presidente da Famurs, ainda ontem no jornal O Sul - se não me engano -, ou no jornal Zero Hora, fazia uma análise muito bem feita, dizendo o seguinte: se existem alguns equívocos, e certamente haverão de existir, esses a gente discute depois. Por enquanto, vamos procurar ter o maior partido político desse grande certame que aqui se realiza, que trazendo cerca de 600 mil pessoas para o País, algo como 45 mil pessoas em Porto Alegre, providas dos mais diferentes lugares do mundo, desde a nossa próxima Argentina até a Austrália, que já estão aqui; equatorianos, que estão chegando no dia hoje. Tudo isso cria um clima favorável para atuações inteligentes,

consequentes, bem estruturadas, como as desenvolvidas pela Secretaria que o amigo dirige. Por isso, fiz esforço para não ser repetitivo, mas vou acabar dizendo o que os outros já disseram: meus cumprimentos. Certamente esta Casa fica muito satisfeita em saber que o amigo está tendo o sucesso que vem encontrando pela relevância do trabalho, pela importância do segmento que envolve a realização da sua ação administrativa e, sobretudo, pelo entusiasmo, a disposição de acertar que o amigo tem pejudado nesse período. Meus cumprimentos, meu aplauso, e, sobretudo, a minha convicção que vai dar certo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Pujol. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; quero cumprimentar o Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, Sr. Raul Cohen. Quero aproveitar este momento, Secretário, para dizer que, queiramos ou não, nós evoluímos nos últimos tempos. E aqui nós temos o Ver. Paulo Brum, que faz um trabalho excelente nesta Casa, com muitos projetos voltados à acessibilidade, o que não poderia ser diferente, mas é preciso que se faça esse registro; e os demais Vereadores, que também propõem e colaboram para que tenhamos uma acessibilidade melhor àqueles que necessitam.

Mas eu quero falar de prédios públicos. Tenho o sentimento de que os particulares estão cumprindo, até porque a Lei assim determina. Mas os prédios públicos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ainda estão um pouco atrasados com relação à acessibilidade. Eu poderia citar aqui a própria Prefeitura, o Palácio Piratini, o prédio do IPE e o Tribunal de Justiça, por exemplo, ambos na a. Borges de Medeiros, em que a acessibilidade aos portadores de deficiência se dá pela parte de trás dos prédios. Então me parece, que mais do que nunca, os Poderes Públicos, os poderes constituídos, os prédios públicos têm que atender – senão igual – melhor que os particulares. Então não se justifica, Ver. Janta, tu dares um outro tratamento: “Vai lá pelos fundos”. Não! Não! Tem que ser junto. Não pode! Parece que há uma certa discriminação – vamos dizer assim: “Olha, nós até temos acessibilidade, mas é lá pelos fundos”. Não sei se estou conseguindo me

expressar aqui, mas esse é o sentimento que tenho. Os prédios públicos estão ainda a dever para as questões de acessibilidade. Quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho e sugerir – e sugestão a gente faz de coração – para, de repente, formar uma comissão, um grupo de servidores da sua Secretaria e fazer um levantamento nos prédios públicos, para que nós também, enquanto parlamentares, possamos até sugerir. E eu já estou sugerindo o prédio do Tribunal de Justiça, o prédio do IPE, o próprio Palácio Piratini, a Prefeitura. “Ah, mas não pode mexer”. Bom, eu não sei, arrumem um jeito para atender aqueles que precisam desse tratamento. Eu não acho justo que tenha que dizer assim para quem tem essa necessidade: “Olha, o senhor vai lá na esquina, lá na lateral o senhor pode entrar, lá pelos fundos – como o caso do IPE –, vai pelos fundos que lá tem o elevador”. Não, não pode ser assim! Ninguém é menos que ninguém, todos precisamos respeitar e ser respeitados. Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, pelo seu trabalho e tentar contribuir nesse sentido. Eu acho que nós precisamos mexer um pouquinho com os poderes constituídos, e os prédios públicos têm que atender igual ou melhor que os prédios particulares. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Sociais Villela): Obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo. O Ver. Paulo Brum está com a palavra.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente dos trabalhos, Vereador e nosso sempre Prefeito Guilherme Sociais Villela; amigo Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre. Eu quero parabenizá-lo, Secretário, pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo junto à nossa Secretaria.

Quando nós propusemos a criação da Secretaria Especial de Acessibilidade, lá em 2005, o então Prefeito José Fogaça, de quem esta Casa teve sempre o carinho, sempre esteve junto conosco nesta luta. Criamos a Secretaria Especial de Acessibilidade, que, naquele momento, foi a primeira Secretaria criada no País, por lei. Só tinha uma na nossa frente, que era a de São Paulo, mas que havia sido criada por decreto. A nossa não, passou pela Câmara, que deu o aval.

Quando tive a oportunidade de assumir a Secretaria, levamos ao nosso Prefeito José Fortunati a necessidade de que o tema exigia, naquele momento, que tivéssemos em

Porto Alegre uma Secretaria Municipal de Acessibilidade, o que prontamente foi aceito pelo Prefeito, e esta Casa deu o aval novamente. Transformamos de Secretaria Especial em Secretaria Municipal, devido à relevância do tema, que diz respeito a centenas de pessoas com deficiência que residem na nossa Capital e a todos aqueles que por aqui passam.

Portanto, a nossa Secretaria existe, mas eu penso que temos que ir mais adiante ainda, porque a Secretaria tem que ser executora. Esta é a nossa proposta. Desde o primeiro momento, propusemos que houvesse esta determinação. Hoje, a nossa Secretaria Municipal ainda trabalha na transversalidade e não tem a dotação orçamentária necessária para que façamos a acessibilidade verdadeiramente em Porto Alegre.

Então, Sr. Secretário, se o senhor trazer mais esta parcela de determinação, teremos, com certeza, o carinho de absorver esta preocupação e, quem sabe, faremos da nossa Secretaria da Acessibilidade, verdadeiramente, uma Secretaria executora da acessibilidade e inclusão em Porto Alegre.

Portanto, quero parabenizá-lo pela sua maneira de conduzir os destinos da nossa Secretaria e fazer a acessibilidade e a inclusão, com poucos recursos e com bastante criatividade. É isto que V. Exa. vem desenvolvendo. Conte com esta Câmara, conte com este Vereador para que possamos ter a inclusão social verdadeiramente na nossa Capital. Parabéns pelo seu trabalho, Secretário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; quero cumprimentar o Secretário Raul Cohen, da Acessibilidade. Eu não quero, aqui, voltar a falar em Copa do Mundo, porque para mim a Copa do Mundo começou e num piscar de olhos, Ver. Pujol, terminou a Copa. Quero saber das coisas boas que vão ficar para a nossa Cidade, para o nosso País.

Tenho aqui o texto de uma lei de minha autoria, Sr. Secretário. (Lê.): "... Inclui no parágrafo único no art. 8º da Lei nº 10.199, de 11 de junho de 2007 - Estatuto do Pedestre, dispondo sobre a diferenciação do piso em que estejam instalados telefones

públicos e outros.” Em 2010, eu entrei com este projeto de lei que trata de sinalização tátil, que foi aprovado. Eu gostaria aqui de pedir atenção a isto, porque tenho visto muito pouca sinalização, Sr. Secretário, principalmente no Centro – e essa foi a questão que me provocou, que me sensibilizou a fazer essa lei. Em 2009, eu estava no Centro de Porto Alegre, na esquina da Rua da Praia com a Av. Borges de Medeiros, e ali, em novembro, dezembro, há grande circulação de pessoas, onde ficam também os índios vendendo seus artesanatos. Vinha um deficiente visual, que acabou caindo por cima dos índios e algumas pessoas ainda quiseram xingar o rapaz. Ali não há sinalização por meio do piso tátil. Dentro desta lei há vários lugares apontados que devem ter esse tipo de piso na exposição de motivos. Passo a ler. (Lê.): “...Piso que esteja instalado nos pontos de ônibus, sinaleiras, telefones públicos, coletores de lixo, postes de iluminação, caixas coletoras de correspondência, quiosques diversos e placas de publicidade, dentre outros, serão diferenciados com a sinalização tátil apropriada a pessoas com deficiência visual, em conformidade com especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.” Acho que podemos dar um grande salto em relação a isso, não pela Copa do Mundo, mas como uma Capital, como uma Cidade acessível, com sensibilidade em relação a essas pessoas com deficiência visual também. Esta lei de minha autoria foi sancionada pelo Prefeito em 2010, é a Lei nº 10.904. E a gente espera, Secretário, que sejam colocados nos pontos mais importantes, para que essas pessoas, os deficientes, tenham tranquilidade, principalmente os visuais, de caminhar sem correr o risco de algum ferimento, como eu vi naquele dia. E isso me sensibilizou muito e também ao Prefeito, que a sancionou. Foi aprovada aqui na Casa por unanimidade. Então a gente conta com essa sensibilidade sua, Dr. Raul, Secretário, que a gente está vendo aqui. Parabéns! Eu acho que isso é que é o bonito, aproveitar um grande evento no nosso País para, cada vez mais, este ser um País de primeiro mundo. Isso é que é importante. Não quero falar em Copa do Mundo mais, criticar ou indagá-la, porque a Copa do Mundo já existe e já começou. Vamos agora aplaudir, tratar bem essas pessoas que virão aqui nos visitar. E que, oxalá, depois da Copa do Mundo, fiquem muitas coisas boas para que a gente possa prosseguir com esse País de que a gente tanto gosta, que a gente ama e sabe que é um País que tem tudo para ser um dos grandes países do Primeiro Mundo. Um País chamado Brasil, rico em paz, amizade, solidariedade, companheirismo, isso tudo este País tem para dar e vender, tem de sobra. Então, parabéns, Secretário! A gente pede

pág. 30

aqui - essa não é uma Lei, um projeto meu, é um projeto das pessoas com deficiência física - que elas recebam mais esse presente, principalmente no nosso Centro de Porto Alegre, onde precisamos bastante, assim como nos bairros. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente desta Sessão, Ver. Guilherme Socias Villela; estimado Secretário Raul Cohen, gostaria que V. Exa. levasse como manifestação do respeito e do apreço desta Casa a quantidade de Vereadores que se sucederam nesta tribuna para homenageá-lo. Acho que isto reflete de fato a sua postura, seu trabalho e o seu esforço que por todos nós é reconhecido. É uma tarefa nobre, meu caro colega, Ver. Paulo Brum, e nós temos tido compromisso político com esta questão. Quero lembrar o nosso Prefeito José Fogaça, para homenageá-lo, dizer que foi na gestão e sob os auspícios do Prefeito José Fogaça que nós não só inauguramos a Secretaria Especial da Acessibilidade, mas também Secretarias que são muito emblemáticas, como a Secretaria da Igualdade do Povo Negro e das Mulheres, das questões raciais e das questões de gênero. Portanto, é uma visão humanista e larga que nós temos buscado dar sem sectarismos, sem ranços, à administração que estamos empreendendo há alguns anos no Município de Porto Alegre. Há muito por fazer, é verdade, mas o primeiro passo no vencimento das dificuldades históricas que existem, é reconhecer que existem débitos históricos e que há muito por fazer. E, a partir desse reconhecimento, a criação de um espaço, como foi o da Secretaria, e conseguir, a partir da Secretaria, permear no Poder Público e na iniciativa privada, valores, princípios, idéias, que, aos poucos, vão se sedimentando no tecido social.

Nós olhamos a 3ª Perimetral e nos surpreendemos, porque mesmo já tendo uma Lei Municipal de Acessibilidade, ela foi construída de costas para a questão da acessibilidade.

Há poucos dias, eu atravessava a Av. Protásio Alves, na esquina com a Rua Borges do Canto, no bairro Petrópolis, fiz uma foto e coloquei nas páginas sociais porque nós, Vereadores, temos que interagir com a sociedade, é nosso papel também, e ali estavam

fazendo uma travessia com uma faixa de segurança sem a previsão da travessia de cadeirantes. Aliás, não precisa ser só cadeirantes, se uma mãe com o carrinho de nenê quer atravessar a Av. Protásio Alves, como é que faz? E um ciclista que vem com sua bicicleta e quer atravessar a Av. Protásio Alves? Então, tem que ter rebaixamento de meio-fio. E todas as obras, Ver. Cláudio Janta, essas novas, principalmente, desde o advento da Lei da Acessibilidade, que já tem alguns anos aqui na nossa Capital, elas deveriam ser previstas, e as fiscalizações da SMOV, que fiscaliza obras, devem, Ver. Tarciso, ter essa consciência. Bem lembra o Ver. Bernardino: o exemplo deve começar nos prédios públicos. É claro que sim! Então só podemos cobrar do privado se nós, a partir de nós mesmos, dermos o exemplo nos prédios públicos, e temos feito isso, ainda não, certamente, da forma como o Secretário gostaria, pelo seu comprometimento, pelo seu esforço, ou como nós gostaríamos, mas, felizmente vejo que temos avançado.

É importante ainda continuarmos cobrando nas praças da Cidade aqueles equipamentos, balanços para cadeirantes, para crianças, equipamentos absolutamente simples de se fazer: é uma chapa de aço, se troca um balanço desses normais para um balanço especial, com acesso para cadeirante, e nós vamos permitir que uma criança que tenha dificuldade motora, que tenha que usar uma cadeira de rodas possa, da mesma forma que qualquer outra criança, gozar daquele espaço e usufruir daquele espaço de lazer. Nas escolas também temos que avançar. É uma luta, Secretário, e tenho certeza que cada um de nós, 36 Vereadores, independentemente de Partido político, de visão ideológica, compartilhamos; é um desejo que todos nós temos, essa é a verdadeira inclusão que podemos fazer, de raça, de gênero, de dificuldades, quaisquer que sejam, que todos possam se sentir acolhidos, abraçados, absorvidos, e que se saiba que cada ônibus que se põe na Cidade, cada obra que se faça, está sendo pensada em todos. Ainda hoje há dificuldade, Ver. Villela, para, por exemplo, um deficiente visual caminhar nas ruas centrais da Cidade; estamos aguardando há bastante tempo o mobiliário urbano, e não é porque somos Vereadores do Governo que temos que ficar quietos e aceitar, ao contrário, nós temos que ajudar o Governo cobrando essas coisas, porque tem que ter calçada tátil, tem que tirar uma série de obstáculos que às vezes estão nas calçadas, nos quais a pessoa vem se batendo. E para deficiente auditivo a mesma coisa: as sinaleiras de Porto Alegre, especialmente de travessia de pedestres, todas elas, obrigatoriamente, tinham que ser colocadas com sinal luminoso também, para que possamos pensar no

pág. 32

cego, para que possamos pensar no deficiente auditivo, para que todos possam se sentir incluídos.

E, por último, Vereador, quero, mais uma vez, deixar muito firme esse meu cumprimento, mas como não sou tão disciplinado quanto a Ver.^a Mônica. Eu ouvi um sermão do Padre Antônio Vieira, embora não seja a minha religião, mas as coisas boas a gente precisa ouvir e absorver: “É natural o responder.” É tão natural o responder, Ver. Nedel – eu que estive com o senhor, sábado, na inauguração da rua proposta por V. Exa., do Irmão Norberto Rauch, e eu que sou filho da Pontifícia Universidade Católica quero cumprimentá-lo –, que com ecos os rochedos duros respondem. Por outro lado, é tão inatural o não responder que até aqueles a quem Deus fez surdos, os fez mudos também, porque se ouvissem e não pudessem falar arrebentariam de dor. Então, quando a gente ouve certas coisas que são injustas, é preciso que a gente fale, porque senão o nosso espírito cívico pode arrebentar de dor.

Quando eu vejo a Ver.^a Sofia falar dos municipais, eu reitero o que disse na semana passada: qualquer luta por melhoria salarial é digna e deve ser sagrada. Mas há momento para tudo na vida, como diz, aliás, a escritura sagrada: Há o tempo de dar e há o tempo de receber. Como é que nós vamos fazer uma greve de serviços públicos essenciais às vésperas de uma Copa do Mundo? Haveria tantos e tantos outros, houve tantos e tantos momentos, haverão outros tantos e tantos momentos. Agora, exatamente agora – me perdoem –, por mais justa que seja qualquer reivindicação, soa oportunista, não combina com o momento. Inclusive, hoje pela manhã, se fechou o acesso do DMAE, obstruindo, obstaculizando a saída de mais de 30 caminhões de água. Caminhões esses que são destinados às populações mais carentes, que mais precisam, na nossa Cidade. E quem estava lá num primeiro momento não eram os servidores do DMAE, eram os sindicalistas, inclusive de outros sindicatos. Como aqui na Câmara de Vereadores, veio para cá, na invasão, gente do CPERS, gente que não tinha nada que ver com a Câmara. Hoje, de novo, a mesma coisa. E de quem é que eles podem tirar água? Das pessoas que mais precisam do caminhão-pipa. E lembro que o serviço de água, Ver. Kevin Krieger, é um bem essencial, insonegável. Não se pode retirar de ninguém, sob nenhum aspecto e sob nenhuma alegação, o direito de ter acesso à água. Então, de novo, repito: a greve é importante; poderia ter sido feita em momento melhor? Poderia. E junto com essa greve eu gostaria – e lá do fundo quero confessar isso aos meus Pares – que nós retirássemos

também questões que digam respeito às contrapartidas que cada um de nós, trabalhadores, tem que ter para com a sociedade: meta, resultado, medição de desempenho. A partir daí, sim, toda e qualquer melhoria salarial, Ver. Guilherme Socias Villela, porque aí nós estamos estabelecendo a comutatividade, que é aquilo que eu pago como imposto, como contribuinte, como trabalhador, para que retorne para mim na forma de serviços públicos de qualidade, com decência. Aquilo que as pessoas foram, no ano passado, às ruas, para gritarem que queriam. Não para chegarem numa repartição, ou num guichê e serem tratadas como se estivessem a elas fazendo um grande favor. Não, mas sabemos que o cidadão que paga imposto merece um serviço de acessibilidade, merece água e merece qualquer outro serviço. É o verdadeiro destinatário dos altos impostos que se paga e se recolhe no nosso País. E, a partir daí, então, que nós tivéssemos um serviço público de excelência, assim como se exige da iniciativa privada também, que ela respeite os marcos e os valores de uma sociedade melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Muito obrigado, Ver. Valter Nagelstein. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Secretário Raul Cohen. Primeiramente, Secretário, dois agradecimentos: o primeiro, por continuar a gestão exitosa do nosso colega, Ver. Paulo Brum, que foi o Secretário anterior da Acessibilidade - parabéns a ambos os Secretários. O segundo agradecimento, é por nos trazer a esta Casa o Mapa da Acessibilidade de Porto Alegre. (Mostra mapa.) Tenho a honra de ter, lá no meu gabinete, vários exemplares deste Mapa da Acessibilidade. Eu estava presente quando V. Exa. entregou o Selo de Acessibilidade para a Infraero; para o nosso Aeroporto Internacional Salgado Filho, que, aliás, estamos insistindo para a expansão da pista; para a Assembleia Legislativa do Estado; para o Bourbon Shopping Ipiranga; para o CIEE; para a estação rodoviária; para a Faculdade Porto-Alegrense, a nossa Fapa; para a FIERGS; para o Hipermercado BIG lá da a. Sertório; para a PUC; para o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; para o Restaurante e Cervejaria Dado Bier; para o Restaurante e Churrascaria Barranco, para o Santander

Cultural e para a Secretaria Municipal de Educação - SMED. Então, recebam os meus agradecimentos. Eu também tenho vários cumprimentos que são importantes para que sirvam de estímulo a V. Exa. e sua equipe de trabalho que aqui está. Eu queria cumprimentar pelos 2 mil atendimentos mensais que a Secretaria faz, pessoalmente e via telefone - até maio deste ano, mais de 8 mil atendimentos; também, Ver. Valter Nagelstein, pelas 36 novas botoeiras sonoras - aos pouquinhos, estamos indo; também pelo carinho da acessibilidade para Copa que vimos aqui na frente há pouco; pelas novas vagas de estacionamento que V. Exa. tem conseguido, junto a várias empresas e também pelo início da fiscalização dessas vagas; pelos inúmeros acessos e pelos rebaixamentos nas calçadas, pelo protagonismo com novas ideias aos cadeirantes, inclusive levando cadeirante para tomar banho de praia. Isso para mim foi até uma emoção, Ver. Tarciso, ver aquelas pessoas tomando banho na praia. Parabéns! Pelo apoio às entidades que cuidam das pessoas com deficiência, especialmente ao Conselho Municipal do Idoso - estivemos juntos semana passada na posse do novo Conselho. Esperamos que V. Exa. cumpra a necessidade e a sua grande ideia de implantação das academias híbridas; esperamos que a licitação saia em breve. Também os cumprimentos pelo incentivo, Ver. Tarciso, à formação de atletas paralímpicos - isso é um incentivo extremamente importante, já temos atletas com boa formação nesse setor. Pelo curso de capacitação e convênio com a Associação Gaúcha dos Supermercados – Agas, que está formando pessoas nesse setor. Pela elaboração - em breve, será distribuído - do Guia de Serviços, uma relação das entidades que trabalham com deficientes físicos e dos serviços oferecidos pelo Município para os deficientes. Por último, pela participação na Rede de Mercocidades do Mercosul, pela troca de experiências recíprocas de países do Mercosul; que trazem experiências de lá, mas que também as nossas sejam levadas a eles. Parabéns, continue trabalhando fortemente porque a Cidade e os moradores de Porto Alegre bem assim merecem. Meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde colegas Vereadores, boa tarde Secretário Raul Cohen, boa tarde colega Vereador que preside a Mesa, Villela, eu gostaria de destacar um segmento da sua fala o qual ouvi atentamente; por isso eu lhe desejo os parabéns. Vi o material muito bonito que o Ver. Nedel expôs, material de boa qualidade, um mapa bem elaborado, bem organizado. Isso com certeza vai auxiliar aqueles que mais precisam deste serviço. Os meus parabéns por isso. Eu gostaria de parabenizá-lo em meu nome, em nome do Ver. Pedro Ruas, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, que se submeteu a uma operação de hérnia de disco hoje pela manhã. Ela já está recuperada, encontra-se no quarto e em breve voltará a esta Casa. O segmento que eu destaquei da sua fala é aquele sobre o qual o senhor disse que fez o seu trabalho de forma muito boa, com os poucos recursos que lhe foi destinado. Infelizmente, para alguns serviços vitais de nossa Cidade, os recursos são poucos, são muito escassos. Algumas pessoas precisam fazer milagres, fazer mágica para conseguir fazer um bom trabalho, um trabalho de qualidade e um trabalho que atenda à população que dele necessita. Isso mostra que, cada dia mais, o nosso Prefeito demonstra total incompetência e total incapacidade que ele tem de gerir esta Cidade. Esta é a leitura bem particular que eu faço. Muitos dos serviços que são essenciais à população ficam prejudicados, enquanto o nosso Prefeito faz buracos em ruas, complicando ainda mais o nosso trânsito que já é terrível...

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alex, espero que eu não lhe tire a linha do seu raciocínio, mas eu queria, aproveitando a sua fala, em nome do PT, dizer que estamos todos torcendo pela Ver.^a Fernanda Melchionna, pela sua pronta recuperação, ela que é uma aguerrida, uma jovem exemplar, muito crítica, muito vigilante nos cuidados pela democracia e pela justiça nesta Cidade. Transmita isso a ela.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Transmitirei a ela. Muito obrigado, Ver.^a Sofia, obrigado à Bancada do PT. Continuando a minha fala, eu gostaria também de concordar com o Ver. Valter em um aspecto da sua fala, quando ele destacou que foi trancado o acesso do DMAE, que caminhões-pipa não puderam sair para atender à população que necessita desse serviço. Vereador, eu fico muito triste em saber que algumas das localidades de Porto Alegre ainda dependem do abastecimento por caminhões-pipa. Isso é mais uma

demonstração de que a Prefeitura não trabalha direito. Os serviços não estão sendo oferecidos. Nós temos uma cidade grande, uma Capital importante para o nosso País, deveríamos ter abastecimento a todas as pessoas. Estamos no século XXI, não estamos mais na Idade Média! Então, é triste!

O Ver. Valter destacou também a questão da acessibilidade na 3ª Perimetral. Há uns meses foi atropelado um idoso que, ao descer de um coletivo, na AV. Érico Verissimo, tropeçou numa tampa de bueiro. O DEP deveria ter feito a correção. Não era para ele tropeçar, pois a tampa deveria estar estável. Isso é um serviço malfeito da Prefeitura. Infelizmente, a Prefeitura não trabalha como deveria. Cabe a nós, Vereadores, estarmos atentos e vigilantes a esses fatos.

Outra coisa que eu gostaria de comentar, para aqueles que não lembram talvez da história política do nosso Prefeito: ele foi presidente do Sindicato dos Bancários. Desde muito novo, a minha mãe sempre me destacou o trabalho dele à frente do Sindicato. A minha mãe, aposentada, bancária, era muito fã do Fortunati. E hoje, em casa, conversando com ela, ela demonstra um grande envergonhamento do rumo político que o nosso Prefeito tomou. No momento em que uma categoria ou as categorias que estão subjugadas ao Poder Executivo se mostram insatisfeitas e descontentes com os vencimentos que recebem, um ex-líder sindical deveria, antes de qualquer coisa, sentar para conversar. A data base do reajuste do funcionalismo público municipal é maio. Em maio não havia proposta. Na metade maio, o Prefeito acena com 2,5%. A inflação, INPC do ano passado, foi 6; como é que um líder sindical vem com essa proposta obscena? Isso é vergonhoso. Um líder sindical deveria, antes de qualquer coisa ver o seu passado de luta e afinar o seu discurso antigo com a sua prática atual. O Ver. Cláudio Janta tem experiência nisso, acredito que ele deve, pelo menos, manter uma linha de raciocínio próxima à minha. Acredito eu que o Fortunati esqueceu quem ele foi e, infelizmente, está deixando muito a desejar ao povo que ele colocou lá.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, só para tentar ajudar no raciocínio: infelizmente os caminhões-pipa ainda existem porque existem loteamentos irregulares, porque há um fenômeno no Brasil, especialmente depois dos anos 1950, que é a migração de grande parte da população rural para as cidades, muitas vezes de cidades mais pobres para centros urbanos mais ricos. Isso provoca

loteamentos irregulares, provoca ocupações, muitas vezes, infelizmente inclusive, patrocinadas por alguns parlamentares de postura mais populista. E é necessário ao Poder Público, de alguma forma, enquanto não consegue colocar lá um serviço permanente, porque essas são invasões que acontecem do dia para a noite em ocupações, tem que atender essas pessoas levando água. É por isso que existem os caminhões-pipa, não é pela falta de planejamento do Governo, mas porque uma cidade, muitas vezes, cresce de forma desordenada para muito além daquilo que nós, gestores, gostaríamos que ela crescesse, de forma ordenada, certa, direitinha, com rua, asfaltamento, com pavimentação, com encanamento de água e esgoto. Às vezes a Cidade não cresce assim, e nós temos que levar o serviço. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Muito bem, Valter. Retiro, então, a minha crítica a todos os loteamentos irregulares que foram feitos nos últimos dois meses. Para os outros, a minha crítica continua, porque, no momento em que eles estão lá implantados, devem ser planejados. E o acesso a todos: saneamento e água tratada deveriam ser fornecidos. Vou deixando aqui, mais uma vez, um abraço e bom trabalho para o senhor e seus trabalhadores, seus colegas, sua equipe. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna em nome do PDT, e em nome do Governo, parabenizar o Secretário pelo belíssimo trabalho realizado, e, também, a Prefeitura Municipal, que é a responsável pelo trabalho do Secretário, no encaminhamento desse belíssimo trabalho.

Nós temos visto fiscalizações no sentido de transformar esta Cidade numa cidade viável a cadeirantes. E, aqui, às vezes, eu vejo algumas críticas, e a colega Mônica Leal colocou que, às vezes, não é correto a gente ficar tirando situações do que se fala aqui, num momento como este, que é, simplesmente, para saudar o trabalho que o senhor tem realizado. Mas, vemos, aqui, certos discursos de pessoas que levantam de manhã e rezam para não ter água no chuveiro, mesmo querendo tomar um banho, mas rezam para

não ter água! Levantam de manhã e rezam para que aquela calçada, aquela escada, tenham uma reconstrução, para que se abra um buraco para se arrumar alguma coisa na Cidade, rezam para isso, para poderem criticar.

Tudo é motivo para criticar o trabalho de uma gestão - e eu sempre digo - que recebeu 65% dos votos de Porto Alegre e que está entrando no segundo ano da administração, e já vemos mudanças em Porto Alegre!

Então, às vezes, fico pensando se não é melhor ser oposição! É muito fácil fazer oposição! É só desejar que as coisas ruins aconteçam, às vezes, até contra a nossa vontade, para poder criticar uma gestão.

É isso que o senhor está vendo na televisão, é esse o sentimento - de quando há uma gestão de um governo forte e que está fazendo - de tentar derrubar, tentar fazer pouco do que está se fazendo. Então, é muito fácil subir aqui e dar esse discurso - com o maior respeito que tenho por alguns da oposição -, é muito fácil dar o discurso aqui e dizer que a Cidade não está funcionando; a Cidade em que o Fortunati é um incompetente e esqueceu do passado de lutas. É fácil! É como eu disse: eu queria três andares na minha casa; eu tenho um. Eu queria mais um quarto na minha casa; não posso construir, não tenho dinheiro, mas tenho vontade e vou fazendo de parte em parte. Hoje eu faço o alicerce; amanhã levanto uma parede.

Então, é isso. É só para afirmar que, de tijolinho em tijolinho, de calçadinha em calçadinha, nós vamos transformar essa Cidade. Estamos transformando, sim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Secretário Raul, eu subo muito a esta tribuna para fazer críticas à Administração Municipal, mas eu quero lhe dizer que se tem uma Secretaria que tem trabalhado muito, e que pode se dizer já que a Copa de 2014 deixa o seu legado, é a sua Secretaria. Um legado que não vem só da Copa, o senhor vive presente nesta Casa, sempre; sempre buscando o apoio desta Casa aos seus projetos, sempre buscando o apoio, a

interlocução desta Casa para ser uma parceira no que o senhor vem construindo e fazendo, na cidade de Porto Alegre, com a acessibilidade. Então eu quero falar, em nome do Partido Solidariedade, sobre uma coisa que a sua Secretaria vem fazendo muito com os portadores de deficiência, que é prestar um auxílio, transformar esta Cidade, de forma que as pessoas que têm deficiência possam ter, realmente, acesso, não só à questão de trânsito, viária, de transporte, mas acesso a tudo o que a Cidade disponibiliza aos seus cidadãos.

Quero deixar um abraço para o senhor e dizer que é a primeira Secretaria que vem a esta Casa prestar esclarecimento – não é, Ver. Tarciso? – sobre como vai atuar e como atuou para a Copa do Mundo 2014. Pena que os outros Secretários não tiveram essa postura que o senhor está tendo, de vir aqui, à Câmara de Vereadores, mostrar o que realmente foi feito, o que realmente é legado para a cidade de Porto Alegre. Meus parabéns! Que Deus abençoe o senhor e toda a sua equipe. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Sr. Raul Cohen, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, está com a palavra para as considerações finais.

O SR. RAUL COHEN: Sr. Presidente, gostaria de manifestar o meu profundo agradecimento a todos os Srs. Vereadores que se manifestaram, iniciando pelo Presidente desta Sessão, Ver. Villela; Ver.^a Sofia, Ver. Bernardino, Ver.^a Mônica, Ver. Kevin, Ver. Ferronato, Ver. Pujol, Ver. Paulo Brum, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Tarciso Flecha Negra, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Alex Fraga, Ver. Delegado Cleiton e Ver. Cláudio Janta. Quero dizer a todos os senhores que o meu compromisso aumentou depois do dia de hoje; não só o meu, mas o da minha equipe, que aqui está representada por algumas pessoas que dela fazem parte. Quero dizer que ninguém faz nada sozinho; é a nossa equipe que trabalha - e trabalha muito! Às vezes até o Kevin me chama e diz: “Raul tu estás puxando muito dessa turma, aí!” Eu digo: “Não, nós temos que trabalhar.” E, na verdade, quem vem do meio empresarial, como eu, está muito focado em conquistar metas e em fazer algumas realizações. Mas é o trabalho de equipe, não é o trabalho do Secretário, é o trabalho da equipe que eu gostaria de dizer. Por que eu saio

pág. 40

daqui com um compromisso maior? Porque, na verdade, numa Sessão em que 14 Vereadores se manifestaram - e todos trazendo a sua contribuição - com sugestões, parabenizando a Secretaria, fazendo algumas observações, outras críticas, mas nós recebemos isso, meu caro Ver. Alex Fraga e cara Ver.^a Sofia, de braços abertos. Nós estamos aqui para escutar todos. E dentro daquilo que foi proposto, eu acho que o Ver. Valter fez algumas observações importantes, o Ver. Tarciso Flecha Negra também apresentou outras, e eu digo para os senhores que nós temos muito ainda a avançar na cidade de Porto Alegre. É muito pequeno o trabalho diante daquilo que está no nosso planejamento estratégico de como nós queremos evoluir. Mas eu tenho a obrigação de fazer uma referência aqui que, felizmente, eu entrei para trabalhar no setor público no Governo Fortunati, porque ele dá condições de trabalho, sim, e muito boa para nós, talvez não com todos os recursos que nós gostaríamos e necessitaríamos. Mas eu acho que aquilo que eu consegui falar para os senhores, é que nós temos que trabalhar em equipe, juntos, e eu não penso diferente desta Secretaria trabalhar irmanada com o Parlamento aqui. E é aqui que eu tenho conseguido construir e evoluir. E também quero fazer uma referência especial ao Ver. Paulo Brum, que tem sido um aliado, que tem enviado propostas, porque nós temos trabalhado juntos para que as suas ações possam ser implementadas no Município, a quem eu agradeço muito, como também a Ver.^a Séfora e tantos outros que tem nos apoiado. Então, eu quero dizer a todos os senhores que eu me sinto muito envaidecido, e dizer que, por estar trabalhando no Governo do Fortunati, do Melo, isso me enche muito de orgulho. E nós temos, na verdade, muito que avançar ainda para Porto Alegre. Mais uma vez o agradecimento pessoal deste Secretário e da equipe do Secretário a todos os senhores. E prevendo estar aqui em uma próxima oportunidade, mostrando novos desafios, novas conquistas para a cidade de Porto Alegre, que é o nosso trabalho. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Nós agradecemos ao Secretário Cohen. Estou percebendo, e faço o registro, que o Guia de Acessibilidade de Porto Alegre já contempla mais de 40 hotéis, fora estabelecimentos de educação, como faculdades. Queremos dar os parabéns pelo seu trabalho. Muito obrigado.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): (16h46min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Christopher Goulart (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Christopher Goulart. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cassio Trogildo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu queria agradecer ao Ver. Cassio Trogildo, que me cedeu seu tempo, já que, no comparecimento aqui da Secretaria de Acessibilidade, como já haviam encerrado os inscritos, foi computado meu tempo de Liderança. Eu teria que falar no dia de hoje não aos Srs. Vereadores, mas ao público que nos assiste de casa, ao público que nos assiste através da Rádio Web e da TVCâmara. Quero falar a respeito de um projeto que protocolei nesta Casa: já se passaram as duas Sessões previstas no Regimento, deveria ter sido feita uma Reunião Conjunta das Comissões, mas, por estar me despedindo da presidência da Força Sindical, da qual eu me licenciei semana passada, e da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul, de que também me licenciei, eu não pude estar

presente na reunião de Líderes, ocasião em que me foi furtado o direito de trazer ao plenário o projeto que decreta feriados nos dias em que houver jogos de futebol em Porto Alegre. Apresentei esse projeto a pedido de várias entidades, não somente de trabalhadores, mas de entidades empresariais, associações, que entendem, conforme Ordem de Serviço nº 06, de 25 de maio de 2014, desta Casa, e conforme o Decreto do Sr. Prefeito de Porto Alegre, que decreta ponto facultativo, considerando que nos dias 18 e 25 de junho, os jogos em Porto Alegre têm início marcado para as 13h, considerando que, no dia 30 junho, haverá um jogo da Copa do Mundo em Porto Alegre com horário iniciando às 17h, considerando que, nos dias 12, 17 e 23 de junho, ocorrerão jogos do Brasil em Porto Alegre da Copa do Mundo, considerando tudo isso, e, principalmente, considerando que, nos dias de jogos em Porto Alegre, várias avenidas e ruas da Capital nas imediações dos jogos, desse Poder Legislativo e da Prefeitura de Porto Alegre estarão interditadas para o tráfego de veículos, havendo dificuldade para as pessoas transitarem... Essas ruas são a Av. Edvaldo Pereira Paiva, entre a Av. Ipiranga e a Av. Padre Cacique; a Av. Padre Cacique entre a Av. Borges de Medeiros e a Av. Edvaldo Pereira Paiva, nos dois sentidos; a Av. Borges de Medeiros entre o Mercado Público e o Viaduto D. Pedro I, somente no sentido Centro/bairro; e a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, entre a Av. Borges de Medeiros e a rótula das cuias; e mais sete avenidas e ruas estarão fechadas em Porto Alegre. E os trabalhadores de vários setores de Porto Alegre, enquanto a bola rola, vão ficar presos no trânsito, vão ficar presos nas suas empresas, sendo que nós não vamos funcionar! Nós temos nesta Câmara 223 projetos a serem votados e aí vamos fazer Sessão Extraordinária na quarta-feira de manhã, se acabamos de não ter quórum para a Ordem do Dia nesta Sessão! Estamos enganando quem? São 223 proposições, ou seja, projetos, requerimentos, que estão para serem votados nesta Casa, e aí, hoje, não tivemos quórum para a Ordem do Dia! E temos projetos importantes para a Cidade, projetos importantes para o senhor e para a senhora que nos assistem em Casa! Aí a Copa é para quem? Por que o Sr. Prefeito de Porto Alegre não decretou feriado? Por que a Prefeitura de Porto Alegre não decretou feriado nos dias desses jogos, se os próprios documentos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores alegam que a maior dificuldade para não funcionar nesse dia é em função da interdição de várias avenidas? Eu quero saber quem vai comprar no dia do jogo aqui em Porto Alegre? Eu sou comerciante há mais de 30 anos, e quero ver quem vai entrar numa loja para comprar um

fogão? Quem vai entrar numa loja no dia do jogo para comprar uma geladeira? Quem vai entrar na loja no dia do jogo para comprar um rádio? Então eu acho que estamos maltratando o povo de Porto Alegre! Por que os turistas que vierem a Porto Alegre vão comprar um dia antes, e os porto-alegrenses só no dia do jogo? Os turistas não vão comprar no horário do jogo, não vão comprar no horário da festa da Copa do Mundo! Quer dizer, os trabalhadores, bancários, rodoviários, comerciários, os trabalhadores em edifícios, em creches serão sacrificados! Nem o Judiciário vai funcionar no dia do jogo! Nem o Judiciário! Agora, a cidade de Porto Alegre, com o exemplo de Manaus, onde os jogos serão à noite, não decretou feriado nos dias dos jogos em Porto Alegre! Nós vamos ter jogos nos dias 18, 25 e 30 de junho. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul não haverá expediente no dia 18 e nem no dia 25. A Câmara dos Deputados vai fechar! A Câmara dos Deputados e o Senado só vão abrir depois da Copa! Não tem nada importante no Brasil acontecendo. E nós, aqui, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, vamos suspender o expediente nos dias 18 e 25!

Eu quero saber qual a diferença constitucional, Ver. Pedro Ruas, entre o trabalhador que está na sua empresa, trabalhando nesses dias, e nós, Vereadores. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei, todos têm o direito de se divertir, todos têm o direito de assistir a esta Copa do Mundo, todos têm o direito de caminhar na a. Borges de Medeiros. Agora, quem está trabalhando não vai ter direito?! Qual é o legado que esta Copa vai deixar? Qual o legado? O de escravizar o povo de Porto Alegre? O povo de Porto Alegre não vai poder assistir à Copa do Mundo! O povo de Porto Alegre não foi beneficiado em nada nesta Copa do Mundo, com exceção, claro, da acessibilidade, como se viu agora, quando o Secretário teve coragem de vir aqui e mostrar.

Esta Casa não pode furtar um Vereador de trazer o seu projeto para plenário. Vamos ver quem é quem. Vamos ver quem está a favor do povo. Vamos ver quem realmente quer que esta Copa seja uma Copa da população de Porto Alegre, quando as pessoas possam ir se divertir durante a Copa do Mundo, nesses cinco jogos que serão realizados aqui.

Depois, não quero ver nenhum Vereador vir aqui e dizer que quebraram lojas e que têm que ser indenizados. Depois, não quero ver ninguém vir aqui dizer que estão jogando contra a Copa do Mundo, quando setores importantes de Porto Alegre paralisarem suas atividades. Está sendo dado o alerta. Quando os rodoviários, os comerciários e os vigilantes cruzarem seus braços na Copa do Mundo, junto com os servidores municipais,

não adianta dizer que estamos manchando a imagem da Cidade. Seria muito bom que esta Cidade fosse para todos e todos tivessem o prazer de assistir à Copa do Mundo. Com força e fé, vamos seguir lutando para dar dignidade à vida dos trabalhadores. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Senhoras e senhores; Ver. Guilherme Socias Villela, que cede o seu lugar ao Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores do PSOL; eu fui surpreendido na semana passada, no dia do certame aprazado para que novas empresas se apresentassem para a exploração do serviço de ônibus na cidade de Porto Alegre, por uma ação interposta pelo Partido dos Trabalhadores. Ação essa que não teve acolhida no Poder Judiciário, e que muito pouco foi repercutida na mídia, mas que é extremamente grave e da qual precisamos falar daqui da tribuna. Afinal de contas, a que interesse, Ver.^a Jussara Cony, essa ação respondeu? Olhando sob todos os ângulos e sob qualquer aspecto que eu olhe, eu só posso compreender que a ação patrocinada pelo Partido dos Trabalhadores atendeu ao interesse do *status quo* vigente. Em outras palavras, e para tornar mais simples o que eu estou afirmando, a ação do Partido dos Trabalhadores só pode ter beneficiado o seu longo e antigo aliado, que se chama Associação dos Transportadores de Porto Alegre. E eu digo por que longo e antigo aliado. Quando o então Prefeito Olívio Dutra assumiu a Prefeitura, um dos seus primeiros atos foi a intervenção nas empresas de transporte público de Porto Alegre. Expropriou as empresas, colocou lá os agentes da sua polícia política. Entraram lá e desconhecaram patrimônio, história, absolutamente tudo, todos os institutos do Direito Civil Brasileiro foram desconhecidos, subordinados a um hipotético interesse público. Em seis meses tiveram que devolver as empresas aos seus proprietários. A partir dali começa uma longa história de cumplicidade e de páginas não muito claras na história da Administração Pública do Município de Porto Alegre. A partir dali se estabeleceu o tal do *plus* tarifário, a respeito do qual o Ver. Pedro Ruas tem estudado. O *plus* tarifário foi criado por quem? Pelas administrações do Partido dos Trabalhadores, pela Frente Popular. Também, nesse

pág. 45

mesmo período, foi paga uma polpuda indenização às empresas, no valor, à época, de mais de R\$ 10 milhões. Corrigido esse valor, hoje chega em torno de R\$ 20 milhões. E o *plus* tarifário, corrigido, hoje dá algo em torno de R\$ 20 milhões. Portanto, calculemos, por baixo: R\$ 40 milhões - que foram dados às empresas.

Agora, caminha-se a partir de uma decisão do Desembargador Caníbal, para uma licitação. O Poder Público Municipal diz o seguinte: “Olha, é complexo esse processo.” E é tão complexo o processo que quem prometeu isso pela primeira vez foi o atual Governador do Estado Tarso Genro! Cobrem-me, pesquisem! Ele prometeu isso em 1992! Lá em 1992, Prefeito Villela, o então Prefeito Tarso Genro disse o seguinte: “Nós vamos, até o final do ano, licitar”. E o PT governou por mais 10 anos - por mais 10 anos - e não licitou! Não licitou nunca! Por mais de dez anos ficou em aberta a promessa do hoje Governador Tarso Genro, promessa essa feita em favor da população de Porto Alegre, contra a falta de licitação, contra a obscuridade que se estabelece nesse assunto. Pois bem, agora se caminha, finalmente, para uma licitação. E uma licitação é um processo que, entre outras coisas, precisa ter segurança jurídica, porque quem é que vai se oferecer para explorar um serviço por 20, 25 anos em um cenário de absoluta insegurança jurídica? Ninguém! É óbvio que ninguém! E para contribuir, portanto, contra Porto Alegre, contra tudo e contra o povo, principalmente, Ver. Cláudio Janta, Ver.^a Lourdes, contra as mais de um milhão e 100 mil pessoas que todo dia usam o ônibus em Porto Alegre, pessoas que, por força da nossa administração, do então Prefeito José Fogaça, hoje, dispõe da segunda passagem livre, porque fomos nós que implantamos o Tri, contra esses avanços que podem ser, ainda, na visão de alguns, pouco; na visão de outros, enorme, como na minha visão. Porque o Tri foi um avanço enorme, o maior da história do transporte coletivo da Cidade. Na undécima hora, o Partido dos Trabalhadores, pelos seus Vereadores, ingressa com uma medida judicial, pedindo uma liminar com o objetivo de cancelar o processo licitatório do transporte público, que acabou por dar deserto. Não sei se por esta razão, mas posso concluir que, entre outras questões, também por esta razão, porque se estabelece um processo de insegurança jurídica tal que afasta quem quer que seja do certame licitatório. Portanto, eu quero deixar essa pergunta, Srs. Vereadores: a que propósito serviu essa ação que foi gestada no ventre escuro e na calada da noite e que não obteve o seu êxito? E no dia seguinte nenhuma de Suas Excelências, os Vereadores do PT, vieram aqui trazer esclarecimentos para nós,

pág. 46

para os Vereadores de Porto Alegre, para a sociedade porto-alegrense, para dizer por que razão quiseram cancelar a licitação e o leilão, já que tanto falaram e tanto denunciaram, sempre, a questão do transporte público. Para que permaneça esse estado de coisas? Para que tenham discurso? Para que continuem acusando? Acusando do quê, se, na verdade, são eles os autores e os protagonistas do atual estado em que se encontra a questão do transporte público, com o domínio de algumas empresas, sem processo licitatório? Porque, de novo, repito: isto começou no Governo Olívio Dutra, passou pelo Governo Raul Pont, teve uma promessa não cumprida no Governo Tarso Genro e, até hoje, as coisas continuam no estado em que estão. Então, Sr. Presidente, conluio com esta pergunta da mais alta indagação, para mim de um mistério absoluto: a quem serve esse interesse? Existirá, de alguma forma, algum conluio, alguma associação espúria em algum momento não estabelecido, não claro entre esse partido que governou Porto Alegre por 16 anos e ofereceu favores enormes à Associação? Posso concluir, Sr. Presidente, pelo intento dessa ação que visou cancelar a licitação, que sim. A partir de agora, por favor, vou olhar com muita reserva qualquer Vereador do Partido dos Trabalhadores que vem aqui para fazer crítica a respeito da licitação e delegação de transporte público em Porto Alegre porque estão, no meu entendimento - e a imprensa pouco divulgou isso, eu gostaria que fosse mais divulgado, Ver.^a Lourdes -, comprometidos, mortalmente comprometidos, porque tentaram fulminar o processo licitatório. A qual interesse? Respondendo a quem? Fica a dúvida e eu não sei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje venho externar meu profundo sentimento à família colorada pela grande perda do nosso Capitão. Nosso Capitão Fernandão, homem íntegro que, com certeza, subiu e, lá de cima, ele deve estar solicitando à direção do Inter que ganhe o segundo título mundial. Acho

que esta seria a maior e mais digna homenagem do Sport Club Internacional: ganhar o Campeonato Nacional e que ganhe o Mundial.

Mas também gostaria de colocar aqui a minha profunda indignação com o jornalista, de quem até esqueci o nome, até porque o ouço muito pouco, parece que é Mendelski... Não conheço muito este senhor. Esse jornalista que não conheço, mas que faz jornalismo numa grande emissora de rádio, colocou hoje um preconceito muito forte em cima dos 36 Vereadores desta Câmara. E mais: preconceito e desrespeito com 225 mil negros em Porto Alegre, 20% da população de Porto Alegre. O que não é grande, até porque Porto Alegre foi colonizada por portugueses... Mas esse senhor, hoje, em seu programa, colocou de uma forma desrespeitosa sobre a denominação do Viaduto Abdias Nascimento, cujo projeto protocolado por este Vereador em 7 de março de 2013. Esse senhor, que disse serem outros nomes mais importantes, que para conhecer Abdias tem que ir no Google para pesquisar, desta forma desrespeitosa, dizendo que esta liderança não influenciou em nada em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Ele esquece do trabalho de luta de um Senador em defesa dos negros, do reconhecimento que Abdias tem em todo o Brasil e no mundo, e este senhor esquece que a história dos negros e a história dos heróis negros não são contadas na história do Brasil. Esse senhor, Mendelski, em vez de procurar no Google, até é mais fácil, mas que ele leia, que ele leia mais, que vá numa biblioteca, que procure os filmes, as peças teatrais, as obras de Abdias Nascimento.

Sou colorado, e também não tinha bola de cristal para saber que o nosso querido Fernandão iria morrer no dia da inauguração do viaduto. E até isso esse senhor colocou, dizendo que esta Câmara age com jogo de conchavos – este foi o discurso dele: um aprova o projeto do outro e assim por diante, uma troca de favores. Quero dizer a esse senhor que essa proposta de nomear ruas vem dignificar as pessoas e trazer autoestima. Eu era um desses que dizia: “Vereador não está aqui só para botar nome em ruas.” Mas, andando por esta Porto Alegre, eu vi que colocar nome em rua significa dar autoestima às pessoas que, quando chegam ao crediário de uma loja, ao invés de dizerem “sou do beco tal, da rua a, da rua sem nome”, têm o nome de uma pessoa. Não interessa quem é a pessoa, não interessa! Eu dei a três ou quatro ruas nomes de líderes comunitários e, dessa vez, eu coloquei o nome de Abdias Nascimento no primeiro monumento que leva nome de negro em Porto Alegre! E eu ouvi, sexta-feira, o Sr. Bibó Nunes dizer que este

Vereador não sabia o significado do tamanho da obra, que este Vereador acha que aquele viaduto era uma pontezinha ou uma ruazinha. Como se nome de negro só pudesse estar em ruazinha e em pontezinha, desrespeitosamente! Mandei um *e-mail* para esse senhor, Bibó Nunes, e ele me retornou pedindo desculpas, mas o que foi ao ar foi isso, ele disse simplesmente: “Abdias era um negro que foi Senador. Só isso.” É só isso! Então, senhores, concluindo, o nome Abdias do Nascimento é um dos nomes que não é reconhecido na História do Brasil e do Rio Grande. E nós temos uma lei que não é cumprida, que entre para os currículos escolares a história dos negros que colonizaram e que foram o braço forte da economia e do trabalho deste País.

Dizer, então, que eu, colorado, prezo muito o nome do Fernandão, e hoje nós entramos com um projeto de um nome de rua – e não é oportunismo - para saudar o nosso grande capitão, o capitão campeão de tudo. Porque só o Internacional é campeão de tudo. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos nós - encaminhado pelo nosso Presidente, Ver. Professor Garcia - fizemos um minuto de silêncio, e eu venho a esta tribuna, como gremista, com toda solidariedade ao povo colorado, porque a perda do Fernandão é uma perda para todos nós, é uma perda do futebol, é uma perda da arte, é uma perda do esporte, é uma perda de um jovem que deu muitas alegrias para o colorado e para aqueles que entendem o esporte como um fator de democracia, de soberania e de expressão de um povo. Quero dizer também ao Ver. Delegado Cleiton que sou absolutamente solidária com o seu pronunciamento, principalmente, no que se refere ao nome de rua que V. Exa. deu: Abdias do Nascimento. Pelo significado de Abdias na História do Brasil. E lamentar que ainda tenhamos - e temos - muito que lutar pelo racismo na Nação brasileira. Uma Nação que é formada por ter grandes raças, e isso é a nossa maior riqueza: o negro, que V. Exa. representa; o branco,

pág. 49

que a maioria de nós representamos; e o indígena, que eu tenho a honra de representar, porque bisneta de uma guarani. Então, isso é fruto do racismo, eu tenho convicção, em nome da Bancada do PCdoB, que ao nomear aquele espaço de Abdias do Nascimento, V. Exa. resgata a história do povo negro e a do povo brasileiro como um todo.

E queria, Sr. Presidente, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores e do Serviço Público, uma Frente que é composta por vários Vereadores - eu sempre tenho destacado a participação do Janta, da Sofia, do Ferronato, da Fernanda neste sentido -, dizer do papel que essa Frente tem tido tanto junto aos municipais em luta, em greve pelas suas condições não apenas salariais, mas também de trabalho, como diálogo com o Governo. O diálogo se processou através do Vice-Prefeito, continua se processando, e em determinado momento com próprio Prefeito Municipal de Porto Alegre, que recebeu os municipais acompanhados pela Frente. Eu não posso negar que nós tenhamos avanços, há avanços nesse diálogo: agilização do plano de cargos, carreiras e salários; do plano de saúde e da implementação da Lei do Assédio, de nossa autoria, aprovada por unanimidade nesta Casa; e o olhar do Sr. Prefeito, que ordenou mesmo a agilização em torno dessas três questões que fazem parte da luta dos municipais, e nós estamos procurando trabalhar, principalmente com o Ver. Elói Guimarães, que é o Secretário de Administração, a porta de entrada para esse tipo de agilização. Os 6,28%, 6,25% de reposição, que esperamos sejam garantidos. E há um item estratégico na nossa compreensão, não só para os trabalhadores, mas também para a Prefeitura e o Governo, que, na compreensão do PCdoB, seria um ganho político. Um ganho político de uma greve justa, de uma greve de trabalhadores em torno das condições de trabalho e dos seus direitos trabalhistas, do seu salário, e um ganho político também ao Município na medida em que olha a greve. E o Prefeito, ex-sindicalista, olha o movimento – que é a forma mais elevada de luta dos trabalhadores –, e eu digo isso porque militamos juntos, inclusive, como grevistas; ele, Presidente do Sindicato dos Bancários; eu, da Associação dos Farmacêuticos, nas lutas históricas de greves dos trabalhadores do nosso Estado, que é a compensação das faltas. Não é abono das faltas dos servidores, mas esta é uma pauta dos trabalhadores, que eu creio firmemente que se aceita e olhada com esse olhar diferenciado, com esse olhar político pelo Governo Municipal, nós poderemos dar um encaminhamento concreto no processo de compensação das faltas. Os servidores estão se propondo a compensar, não é um abono

pág. 50

de faltas, e, possivelmente, se o Prefeito tiver essa decisão política estratégica importante, Ver. Alex, nós estaríamos encaminhando um projeto de lei para esta Casa, de que eu não tenho dúvida... Eu não tenho falado agora do papel da Ver.^a Fernanda, da Ver.^a Sofia, do Ver. Janta, do Ver. Ferronato, em torno dessa Frente Parlamentar nessas negociações para que nós possamos voltar – Porto Alegre – a uma dinâmica que é importante para todos: é importante para o gestor, para os trabalhadores, para a população de Porto Alegre. Não é abonar, mas a compensação vai permitir que os servidores compensem as suas faltas sob o ponto de vista do trabalho, dos seus direitos trabalhistas para não influenciar o não abono ou a não compensação das faltas nos direitos dos trabalhadores inclusive na aposentadoria. Essa é uma forma de negociação, é algo que pode ser negociado, e nós estamos num momento importante; é ganho político para o gestor e é ganho político para os trabalhadores. Essa é a compreensão que nós temos de quem está acompanhando esse processo e contribuindo como Frente Parlamentar – que nesse caso é a Câmara Municipal – em várias reuniões. Inclusive tenho agradecido, desta tribuna, o modo como o Vice-Prefeito, Sebastião Melo, que é quem faz a relação política conosco, tem tratado desse assunto. E aguardo que nós possamos, amanhã, até amanhã no máximo – o ideal seria hoje –, sentarmos numa mesa de negociação e avançar nesse item da compensação das faltas.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, é que amanhã daremos continuidade, durante todo o dia – a Ver.^a Lourdes que é da Comissão de Saúde e Meio Ambiente me acompanha, e no ano passado foi o Ver. Paulinho Motorista –, ao Seminário Saúde: um bem que se quer, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Amanhã teremos aqui a presença dos gestores federal, estadual e municipal, naquela concepção que discutimos todas as terças-feiras e em outros momentos, no sentido de que os gestores têm que ter essa visão republicana e as transversalidades de ação para que nós tenhamos um SUS materializado, com qualidade na vida das pessoas. Então, amanhã, neste plenário, durante todo o dia, nós estaremos com a quarta etapa do ciclo do Seminário Saúde: um bem que se quer. Nós vamos estar com a primeira mesa a partir das 10 horas da manhã; às 9h30min é a mesa de abertura. Nós estaremos com os gestores dos três níveis: gestão pública da atenção primária à alta complexidade; um SUS como uma política de Estado; integração entre os gestores, e transversalidade e gestão para que esse SUS seja o que nós pretendemos e estamos contribuindo para a sua construção.

Depois, às 14 horas, nós teremos uma mesa muito importante que é oriunda da própria política da assistência farmacêutica, com o diretor de assistência farmacêutica do Ministério da Saúde, meu colega farmacêutico Marco Aurélio, que vai trazer para nós uma ação estratégica do Ministério da Saúde dentro da política de assistência farmacêutica que é a Farmácia Popular, com medicamentos para os usuários do SUS. A Farmácia Popular tem trabalhado com medicamentos fundamentais, estratégicos. Eu acho que esta mesa vai além da importância da Farmácia Popular; a Farmácia Popular, como um dos itens de política de assistência farmacêutica e como garantidora de que os Municípios não retirem da Farmácia Popular a relação mínima de medicamentos estratégicos para determinados agravos, como hipertensão, diabetes e outros.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: O último item da nossa pauta está dentro também de uma das políticas específicas de saúde e é estratégica para nós, mulheres, e para a sociedade, que é a política de atenção integral à saúde da mulher. Nós vamos estar aqui com uma roda de conversa a partir das 16 h para trabalhar a questão da humanização do parto. Essa é uma política fundamental sob o ponto de vista da humanização do SUS, sob o ponto de vista da política de atenção integral à saúde da mulher e da criança, à saúde da própria família porque nós não compactuamos que as mulheres não sabem mais parir. É da natureza da mulher parir, e é bem assim que tem que ser dito. Nós estamos muito preocupados com o modo como esse processo está se dando, cada vez aumentando mais o número de cesáreas. Cesáreas são importantes, mas quando necessário. Eu falo disso com tranquilidade porque tive cinco partos naturais, sem problema algum, porque vim de uma geração em que inclusive se iniciou o processo de algo que acho fundamental ser resgatado dentro do sistema público de saúde, que é o parto psicoprofilático, aquele parto que hoje chamaria de parto humanizado, em que mulheres estão junto com mulheres, em que os pais estão juntos com aquela parturiente, não só no momento do parto para fazer uma filmagem, mas no processo todo da gestação, porque afinal o filho é dos dois. Então, é um modo diferenciado de vir ao mundo e naturalmente com muito mais saúde. Amanhã, nesta Casa, estaremos trabalhando essa questão. Eu acho que nós não

podemos ter dúvida, principalmente num momento como este, em que o SUS se constitui, desde lá do movimento da reforma sanitária, passando pela Conferência Nacional de Saúde, pela Constituinte, o maior projeto público de inclusão social do nosso País, só que nós temos que sair da retórica, sair da não compreensão dos gestores, fazer a gestão do SUS de forma integrada para materializá-los de uma forma mais humanizada na vida das pessoas.

Nesse sentido, eu acho que esse seminário vem, a cada momento, trazendo mais elementos com muita participação popular para que a gente enfrente algumas coisas que têm que ser enfrentadas. Uma delas, isso que eu já disse: articulação ineficiente entre os gestores, porque essa não é uma política desse ou daquele governo, essa é uma política de Estado. E os gestores, de um modo geral, ainda não entendem assim, aí entra o papel do controle social, os conselhos municipais, estadual, o Conselho Nacional de Saúde.

Há um outro entrave para a implantação do SUS, que é a oferta de serviço territorialmente desigual. Então quando o território tem uma oferta desigual de serviços, há um conseqüente descompasso na organização do SUS, como essa rede federativa, regionalizada, regulada, hierarquizada. Ainda há subfinanciamento, por isso que a gente está com um Projeto de Lei de Iniciativa Popular - 2,2 milhões de assinaturas tramitando no Congresso Nacional, e o Congresso Nacional querendo engavetar esse Projeto, que foi origem de participação popular para os 10% da receita bruta da União para a Saúde.

Outro aspecto muito importante é a precarização do trabalho. A precarização do trabalho em saúde, seja pela terceirização, pela não realização de concurso público ou também pelo não chamamento daqueles profissionais de saúde. Porto Alegre está enfrentado a situação daqueles profissionais de saúde concursados. Um outro aspecto também da precarização é a retirada de direitos, não cumprimento de legislação trabalhista, fechamento de leitos, setores por déficit funcional, gestões que não entendem a saúde como uma prioridade estratégica para o próprio projeto de desenvolvimento, a ineficiente gestão pública e o ineficiente aproveitamento da capacidade instalada, sob o ponto de vista físico, administrativo, técnico e humano. As vistorias que nós fizemos da Comissão de Saúde e Meio Ambiente mostram muito bem isso. Então, há iniquidades no atendimento à saúde da população pela falta da compreensão de gestão, de política de estado, e não política deste ou daquele Governo. Então, eu acho que o Seminário de amanhã avança nesse sentido.

Para finalizar, não vou poder fazer hoje, mas pretendo fazer, na quarta-feira de manhã, uma avaliação dessa relação que está sendo feita do dinheiro da Copa e do dinheiro da saúde; pelo menos isso.

Os estádios custaram, ao todo, R\$ 8 milhões; desses, apenas 4,4% de financiamento do BNDES, que serão pagos. E os investimentos em saúde são DE R\$ 106 milhões. E nós queremos mais! Acabei de dizer: nós queremos mais 10% da receita bruta da União. Mas o que nós queremos é que seja compreendido, por exemplo, que o valor emprestado para a construção de estádios, durante quatro anos, corresponde a 4,5% do montante investido em saúde, apenas em 2014.

Então, não dá para aceitar, sem dúvida, que por causa desses investimentos, a educação e a saúde estejam em péssimas condições, como dizem muitos críticos mais exaltados. Em primeiro lugar, porque os R\$ 25,6 milhões com empréstimos e com investimentos em estádios e obras ligadas à Copa, desde 2010, não são comparáveis aos R\$ 825,3 milhões que o Governo Federal investiu em saúde e educação neste mesmo período. Então, na quinta-feira, eu poderei aprofundar um pouco mais essas relações, porque é importante que a gente faça essa análise, mas que se faça com dados concretos.

E, no restante, a Copa está no Brasil, foi uma conquista dos brasileiros como um todo, é um processo importante para o nosso País, pelo que vai gerar de empregos, equipamentos e renda - depois vamos aprofundar depois. Mas esperamos que o povo brasileiro, como sempre, receba a todos. E isso vai ocorrer em todas as cidades, com a paz que caracteriza o povo brasileiro, com esse olhar do povo brasileiro de harmonização e de receber a todos com muita alegria, com a receptividade característica do povo brasileiro. Viva a nossa Copa, como viva a saúde e como viva a educação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando nº 028/14, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O Sr. Cláudio Janta: Sr. Presidente, para que não haja uma lenda urbana em Porto Alegre, eu queria deixar registrado nos Anais desta Casa que a Presidente Dilma Rousseff publicou a Lei nº 12.663, em 5 de junho de 2012, que é a Lei Geral da Copa, que determina, no seu art. 56, parágrafo único (Lê.): “Os Estados, o Distrito Federal e os

Municípios que sediarão os Eventos poderão declarar feriado ou ponto facultativo os dias de sua ocorrência em seu território”. Assinado no dia 5 de junho de 2012 pela Presidente Dilma Rousseff, juntamente com os seus Ministros José Eduardo Cardozo, Antonio de Aguiar Patriota, Guido Mantega e outros. Então eu acho que, quando a Prefeitura disse que não poderia decretar feriado na Copa do Mundo porque teria que tirar feriados no decorrer do ano, inclusive o Corpus Christi e o feriado do dia 2 de fevereiro, não estava informada sobre a Lei nº 12.663, que dá essa prerrogativa aos Estados e Municípios que sediarão os jogos da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Ver. Cláudio Janta. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje, quero fazer uma prestação de contas da nossa Frente Parlamentar Porto Alegre Sem Maus-Tratos aos Animais, devido a muitas reclamações que nós vínhamos recebendo em nosso gabinete, até de outros colegas Vereadores, sobre o atendimento aos animais em Porto Alegre, bem como aos registros no 156 que não são atendidos e estavam com uma grande demanda reprimida. E se observou, também, que, em 2011, 253 pedidos à SEDA não foram atendidos; em 2012, o número de solicitações pulou para 778; em 2013, 2 mil pedidos ficaram pendentes; e, desde o início de 2014, até a semana passada, 1.145 solicitações não tinham sido atendidas. Diante disso e da grande demanda de e-mails, de mensagens via torpedo ou Facebook, nós convidamos a SEDA para vir à nossa Comissão, e o novo Secretário, o Sr. Maurício da Silveira de Oliveira, prontamente atendeu, juntamente com o chefe da Medicina Veterinária, e compareceram na nossa última reunião no dia 27 passado. Então, frente a vários questionamentos dos presentes de ONGs e participantes sobre esses problemas, o Sr. Secretário nos respondeu que a SEDA atende a um universo pequeno, frente a uma demanda monumental, conforme as suas palavras. Explicou ao Plenário da frente, formada por protetores, ONGs e ativistas da causa animal, que os protocolos pendentes do 156 resultam da limitação de recursos materiais e humanos da pasta, e que a SEDA atendeu, durante a sua existência, 15 mil esterilizações, e, quanto à fiscalização de denúncia de maus tratos, possui apenas quatro equipes de fiscais, ou seja, oito pessoas, porque

normalmente atuam em dupla. E quanto aos nossos pedidos, que foram vários pedidos de informação que encaminhamos à SEDA, veio resposta: sentimos que o Secretário se esmerou em tentar responder, mesmo não sendo da área, estando lá já há algum tempo como adjunto, mas nós, para atendermos a estas pessoas que nos remeteram esses pedidos, não foram muito esclarecedoras. Então, a principal que nós destacamos, que foi muito divulgada nas redes sociais, foi o deslocamento da SEDA, composta por um funcionário da Secretaria e a ex-Secretária da SEDA, ao município de Tramandaí, o que inclusive motivou um Requerimento do Ver. Janta e uma cobrança aqui na Tribuna do Ver. Mauro, e essa ida da SEDA gerou também um constrangimento na cidade de Tramandaí, porque não havia autorização do Prefeito, nem da Secretária e nem da veterinária, para manusear animais, e o que foi feito lá foram procedimentos nos animais até a chegada da veterinária titular, que suspendeu os trabalhos. Então isso aí gerou fotografias, gerou registros na rede, testemunhas, e não foi bem esclarecido, porque nós perguntamos o que o funcionário da Secretaria, num dia de trabalho, com carros que a gente não se sabe de quem, mas provavelmente, da Secretaria, se desloca a Tramandaí, para atender animais de outra cidade, sem convênio? É muito estranho. Então, essa resposta o Secretário não nos deu, além de outros quesitos que levantamos: não foi informado o nome do servidor, se ele é CC, sobre o convênio de Tramandaí. Então, nós vamos renovar o nosso pedido, nós temos essa atribuição, para esclarecer isto de uma vez: se nós temos tanta demanda pendente, por que ir a outra cidade, levar um funcionário, que é importante, um veterinário, para atender animais de outra cidade? Por outro lado, nós gravamos toda a nossa reunião da Frente Parlamentar e estamos fazendo um apanhado do que foi solicitado, do que foi sugerido pelos participantes, de algumas respostas que o próprio Secretário nos deu, e vamos encaminhar formalmente à SEDA, para ver se eles podem atender esses casos, porque nós não temos... Eu já aprovei R\$ 4 milhões no PPA para auxiliar a SEDA, e não pode o meu Gabinete ficar pagando esterilizações, um dia são 15 numa vila, outro dia são 16 esterilizações na outra. Eu acho que tem que ter um programa de atendimentos emergenciais, políticas públicas para aquelas pessoas com problema de saúde mental, problema social, que precisam ser atendidas na saúde e precisam também que seus animais sejam cadastrados e atendidos. É preciso priorizar algumas ações para que não venham para nós, pois não temos condições de atender. O que nós fazemos é um voluntariado, mas não é a nossa

atribuição, nós somos Legisladores e apoiadores da causa. Quero dizer que a Frente vai estar sempre aberta à Secretaria, para vir nos esclarecer, porque esta é a nossa finalidade: fazer com que atenda a população, e, para isso, a gente colaborou, aprovando recursos, e desejamos que não tenhamos tanta chamada, tantas reclamações em nosso Gabinete.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra ...

O Sr. Valter Nagelstein (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente...

O Sr. Valter Nagelstein: Verificação de quórum precede, Sr. Presidente.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Claro que precede, mas o Ver. Valter sabe que nós temos um acordo aqui; quando todos os Vereadores acordam...

O Sr. Valter Nagelstein: Verificação de quórum.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Ele sabe que eu vou responder umas mentiras que ele veio aqui na tribuna falar, por isso está inibindo que este Vereador fale. E mais uma vez ele demonstra a incapacidade política de ter os acordos cumpridos nesta Casa. Sr. Presidente, pode pedir verificação de quórum, mas fica registrado que o Ver. Valter não tem a postura de um Parlamentar aqui nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Valter, V. Exa. mantém então o pedido de verificação de quórum?

O Sr. Valter Nagelstein: É uma prerrogativa democrática de qualquer Vereador; senão fosse democrático não estava no Regimento da Casa. Estou solicitando como várias vezes outros Vereadores solicitaram. Estou aqui, são 17h40min, está aqui o Ver.

Reginaldo Pujol, o Ver. Sgarbossa, a Ver.^a Mônica, a Ver.^a Jussara, a Ver.^a Lourdes, mas é prerrogativa deste Vereador pedir...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Esse microfone é para questão de ordem, mas o senhor pediu e tem o direito, faz parte. O Ver. Comassetto estava inscrito, mas a verificação de quórum precede. E por isso solicito a abertura do painel.

A Sra. Jussara Cony: Sr. Presidente, em meu nome e da minha Bancada, eu só queria dizer que eu não tenho concordância com esse pedido. Eu falei, e nós não tínhamos quórum visível. É praxe da Casa. Nós não estamos votando e estamos também aqui para fazer intervenções. Eu não entendi. E não compactuo. Posso estar equivocada, mas a política comanda esta Casa. Eu já tive oportunidade de ouvir o Ver. Valter sem quórum, e fiquei ouvindo ele com todo o respeito.

A Sra. Mônica Leal: Sr. Presidente, é importante registrar que não é uma questão pessoal, qualquer Vereador pode pedir a verificação de quórum. Eu mesma já fiz isso.

O Sr. Delegado Cleiton: Mesmo eu não ter sido citado, estou presente.

O Sr. Eng^o Comassetto: Ver.^a Mônica, é verdade. O Ver. Valter tem a prerrogativa legislativa de pedir a verificação de quórum, mas tinha um acordo com todas as Bancadas de que todos falariam sem ter quórum. E todos falaram em Comunicações sem quórum. Só que o último era do PT. Isso é uma falta de postura em relação ao acordo político. Regimentalmente, é legal, mas quero deixar isso registrado nos Anais.

O Sr. Reginaldo Pujol: Eu gostaria de dizer que o Ver. Janta falou a respeito do projeto dele, que estaria sendo procrastinado. Quero deixar claro que esse projeto esteve na Comissão de Constituição e Justiça, e, a pedido dele, nós concordamos em abrir mão da relatoria para que fosse feita uma reunião conjunta das Comissões. O Ver. Delegado Cleiton já deu seu parecer, só que, lamentavelmente, a Casa fez várias Sessões em que não conseguiu ter quórum para entrar na Ordem do Dia, e isso impede que se faça a Reunião Conjunta das Comissões, levando, muito provavelmente, a que se perca a

pág. 58

oportunidade de apreciar esse projeto do Ver. Janta, cujo mérito não vou discutir agora, porque não caberia.

De outro lado quero dizer o seguinte, senhores: eu não estive em nenhum acordo para que não se pedisse a verificação de quórum. Eu fui solicitado pessoalmente, eu disse que não faria isso, como, de fato, não costumo fazer nessas circunstâncias, porque acho que não deve ser interrompida a discussão, Sr. Presidente. Mas, de qualquer sorte, não houve, pelo menos da minha parte, acordo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, está feito seu registro.

A Sra. Lourdes Sprenger: Sr. Presidente, ainda um esclarecimento sobre a solicitação de quórum. Eu tenho um grande respeito pelo Ver. Pujol, mas ele está furioso comigo porque eu pedi verificação de quórum na votação de um projeto importantíssimo, que casualmente é do Vereador. Semana passada, em um projeto, eu queria que a votação fosse nominal para que fosse apurado o meu voto, porque eu estava votando, então, eu quero que o Ver. Pujol também tenha essa compreensão quando se pede verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Obrigado, Ver.^a Lourdes. Novamente, solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Com a presença dos Vereadores Jussara Cony, Delegado Cleiton, Lourdes Sprenger, Valter Nagelstein, Kevin Krieger, Mônica Leal, Eng^o Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro...

O Sr. Reginaldo Pujol: Presidente, eu estou presente!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Só estão presentes os Vereadores que registraram a presença no painel, o senhor não registrou. Mas já que o senhor está fazendo o seu registro, eu peço para registrar a presença do Ver. Reginaldo Pujol, bem como do Ver. Waldir Canal. Mais algum Vereador deixou de registrar sua presença? (Pausa.) Também registro a presença do Ver. Cláudio Janta...

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, me desculpe! As presenças tinham que ser registradas no tempo de 1 minuto e 30 segundos. Se o senhor está na presidência...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Valter, aqueles Vereadores que não conseguiram fazer seu registro sempre fizeram seu registro no microfone de apartes! Então, se o Ver. Cláudio Janta fizer seu registro, como os outros fizeram, está...

O Sr. Valter Nagelstein: Vereador, o senhor não está tendo postura para presidir a Câmara! Eu vou entrar... Se o senhor fizer isso... Tem dez Vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Valter, se é uma Questão de Ordem, o senhor pode falar... O senhor já passou dos limites, Vereador!

O Sr. Valter Nagelstein: Não, não passei... Quem é o senhor para dizer que eu passei dos limites, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quem é o senhor para dizer como eu tenho que conduzir esta Casa? O senhor se comporte, Vereador!

O Sr. Valter Nagelstein: Porque eu estou aqui sendo fiscal do Regimento! O senhor que se comporte! O senhor é um moleque! Estou sendo fiscal do Regimento. Se não tem os Vereadores, está encerrada a Sessão!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Vereador, eu estou presidindo e sei o que estou fazendo.

O Sr. Valter Nagelstein: O senhor não sabe o que está fazendo! O senhor não sabe presidir!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Então está feito o seu registro, o senhor que procure os seus direitos.

O Sr. Valter Nagelstein: Está encerrada a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quem encerra esta Sessão sou eu, Vereador, não o senhor. Quando o senhor presidir esta Casa, o senhor preside como o senhor achar que deve presidir.

O Sr. Valter Nagelstein: Não tem Vereadores!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Desligue o microfone de apartes, por favor. (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h48min.)